



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

9º Sessão Ordinária

Informações Básicas

Tipo da sessão: Sessão Ordinária

Abertura: 17/04/2018 19:00

Encerramento: 17/04/2018 21:47

Mesa Diretora

Presidente: Almir de Oliveira Avila

1º Vice-presidente: Hugo José Bomfim

1º Secretário: Aloizio Targino

2º Vice Presidente: Pedro Dias Pereira

2º Secretário: Altmir Abdias Juvencio de Almeida - Chitão

Lista de Presença

Narrativa

ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA, do Segundo Período Legislativo, da Décima Sétima Legislatura da Câmara Municipal de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul, realizada com início às 19 horas, do dia 17 de abril de 2.018, em sua sede própria à Rua Campo Grande, 353, Camapuã-MS; presentes os Senhores Vereadores: Ver. Almir de Oliveira Ávila – Presidente; Hugo José Bonfim – 1º Vice-Presidente; Ver. Pedrinho Cabeleireiro - 2º Vice-Presidente; Ver. Aloizio Targino – 1º Secretário; Ver. Chitão – 2º Secretário; Ver. Antônio Borracheiro; Ver. Lellis Ferreira da Silva; Ver^a Dr.^a Márcia; Ver. Ronnie Sandro. Comprovado o número legal de Vereadores para a abertura dos trabalhos, o Senhor Presidente Ver. Almir de Oliveira Ávila, invocando a proteção de Deus e em nome da liberdade e da democracia declarou aberta a presente Sessão. Em seguida, entrou em discussão a **Ata da Oitava Sessão Ordinária**. Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação, foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, instante em que o Senhor Presidente solicitou ao Primeiro-Secretário, o Excelentíssimo Vereador Aloizio Targino, para proceder a leitura das Correspondências Recebidas e Expedidas por este Poder Legislativo, que disse: - **1º Secretário – Ver. Aloizio Targino – “REQUERIMENTO 003/2018 – Autora:** Vereadora Dra. Márcia. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Colendo Plenário, nos termos que Dispõe o Art. 31 da Constituição Federal c/c arts. 22 inciso XXI, art. 24 e art. 69, inciso XX da Lei Orgânica Municipal c/c Arts. 91, 92, Inciso I, 165 e 166 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Camapuã, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. Delano Huber – Prefeito Municipal** com cópia ao **Sr. Teophilo P. S. Neto – Secretário de Administração e Finanças do Município**, com cópia para conhecimento ao **Exmo. Sr. Dr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior – Procurador Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul**, fazendo a seguinte solicitação:





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

Senhor Secretário de Administração e Planejamento do Município de Camapuã-MS. Venho através deste expediente solicitar a Vossa Excelência, que preste informações à Câmara Municipal, podendo ser via ofício, esclarecendo sobre a cedência do servidor municipal CELSO REIC URBIETA, conforme publicação realizada em 21 de Março de 2018, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul”. **Presidente – Ver. Almir Ávila** – “Encaminho o Requerimento da Excelentíssima Vereadora Dra. Márcia a nossa Assessoria Jurídica para que dê o seu Parecer”. **1º Secretário – Ver. Aloizio Targino** – “MENSAGEM Nº 012/2018 - Excelentíssimo Senhor Presidente e Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Camapuã. Para a devida apreciação de Vossas Excelências, estamos encaminhando o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício de 2019, contendo as diretrizes que deverão nortear a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) do próximo ano. O presente documento, além de seguir, rigorosamente, os dispositivos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Camapuã-MS e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), contém as metas e prioridades de nossa administração para o exercício de 2019. Tais metas são as constantes do Plano Plurianual e visam o atendimento das necessidades da população de nosso município. Os nobres vereadores encontrarão também, nesta proposta, todas as informações pertinentes à elaboração da Lei Orçamentária Anual, cujo projeto será encaminhado pelo Executivo a esta egrégia Casa. As diretrizes fixadas contemplam políticas públicas de Inclusão Social, Infraestrutura e de Gestão, com destaque para as ações nas áreas de Saneamento, Urbanismo, Educação, Saúde, Transporte, Habitação, Turismo, Cultura, Esporte e Lazer. A presente proposta mantém a linha que nosso governo tem adotado desde o início do mandato, quando assumimos o compromisso de governar Camapuã com base no planejamento integrado, política fiscal justa e equilíbrio das contas públicas, isto é, controle efetivo de gastos, aumento da receita e transparência na utilização dos recursos públicos. **DELANO DE OLIVEIRA HUBER**, Prefeito Municipal de Camapuã. Projeto de Lei nº 012, de 12 de abril de 2018, que: “*Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução de Lei Orçamentária Anual de 2019, e dá outras providências*”. **Presidente – Ver. Almir Ávila** – “Encaminho o Projeto de Lei que dispõe sobre diretrizes para elaboração e execução de Lei Orçamentária a nossa Assessoria Jurídica Legislativa para que dê o seu Parecer Jurídico e encaminhe, posteriormente, às Comissões pertinentes”. **1º Secretário – Ver. Aloizio Targino** – “PROJETO DE LEI Nº 003, DE 12 DE ABRIL DE 2018. Dá nome a Travessa que se inicia ao término da Rua Olegário Faustino Alves, na Vila Izolina. **Autor:** Ver. Ronnie Sandro. **DELANO DE OLIVEIRA HUBER, Prefeito Municipal de Camapuã/MS**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: Art. 1º. Fica denominada Travessa Machado, a via que se inicia ao término da Rua Olegário Faustino Alves na Vila Izolina. Art. 2º. A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos procederá a alteração nos mapas das vilas, bem como a colocação de placa indicativa da referida rua. Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Vereador Ronnie Sandro, Proponente. **JUSTIFICATIVA** - Senhor Presidente, Senhores (as) Vereadores (as): A falta de nome para a referida Travessa tem sido alvo de inúmeras reclamações da população que ali reside, principalmente quando necessitam que alguma entrega seja feita em suas residências, principalmente por parte dos correios, uma vez os entregadores deste só levam as encomendas até a Rua Olegário Faustino Alves, uma vez que não há como endereçar correspondências a uma via sem nome. Vereador Ronnie Sandro”. **Presidente – Vereador Almir Ávila** – “Encaminho o Projeto de Lei do Excelentíssimo Vereador Ronnie Sandro à Assessoria Técnica Legislativa para que dê





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

o seu Parecer”. **1º Secretário – Ver. Aloizio Targino** – “PROJETO DE LEI Nº 004, DE 16 DE ABRIL DE 2018. Altera a redação do caput do Art. 1º da Lei Nº 1.881, de 05 de julho de 2013, modificado pela Lei 1.955 de 10 de dezembro de 2014, e dá outras providências. **Autor:** Ver. Pedrinho Cabeleireiro. **O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMAPUÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,** Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei: **Art. 1º** - Fica alterada a redação do caput do Art. 1º da Lei Nº 1.881, de 05 de julho de 2013, modificado pela Lei 1.955 de 10 de dezembro de 2014, passando a vigorar com a seguinte redação: “**Art. 1º.** Nos Domingos, Segunda Feira à Quinta Feira, fica estabelecido o horário entre 07h:00min. às 02h:00min para funcionamento dos bares e similares, e na Sexta-Feira e Sábado fica estabelecido o horário entre 07h:00min. as 03h:00min do dia seguinte para funcionamento dos referidos estabelecimentos comerciais, bem como, fica mantido este horário para os dias de vésperas de feriados municipais, estaduais e fenderias”. **Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. **Proponente,** Vereador Pedrinho Cabeleireiro. **JUSTIFICATIVA** - O presente Projeto de Lei vem de encontro com os anseios dos comerciantes locais, sendo um pedido formulado pelos próprios proprietários de estabelecimentos. Inclusive populares formalizaram abaixo-assinado com varias assinaturas solicitando esta alteração conforme documento anexo. A mudança no horário de funcionamento possibilitará maior atendimento aos populares e, em consequência, fará girar capital e renda em nosso Município”. **Presidente – Vereador Almir Ávila** – “Encaminho o Projeto de Lei nº 004, de autoria do Excelentíssimo Vereador Pedrinho Cabeleireiro à Assessoria Técnica Legislativa para que dê o seu Parecer”. **1º Secretário – Ver. Aloizio Targino** – “OFÍCIO Nº 002/2018 – Excelentíssimo Senhor Almir de Oliveira Ávila, Presidente da Câmara Municipal de Camapuã-MS. Encaminho a Vossa Excelência cópia da legislação referente ao Estatuto dos Profissionais da Educação, bem como abaixo-assinado formalizado ao Chefe do Poder Executivo para providências quanto à ausência de transporte dos professores da Rede Municipal de Ensino de Camapuã-MS para conhecimento e providências cabíveis, visto que até a presente data não foi formalizado nenhum procedimento neste sentido. Sendo o que nos oportuniza, elevamos votos de estima e consideração. Atenciosamente, Marco Aurélio de Jesus Lima”. **Presidente – Vereador Almir Ávila** – “Os documentos e o abaixo-assinado enviado aqui pelo cidadão Marco Aurélio de Jesus Lima está à disposição dos senhores Vereadores para conhecimento. Mas eu gostaria de informar que é uma informação que veio para nós e, pela nossa Lei Orgânica, essas atribuições são privativas do Executivo Municipal, ou seja, tomadas de compras e de licitações para serviços. São atribuições do Executivo Municipal. Então, a gente só está informando para conhecimento e a gente quer, inclusive, agradecer. E vai tomar conhecimento junto o Prefeito Municipal qual a atitude que ele vai tomar em relação a isso”. **1º Secretário – Ver. Aloizio Targino** – “As demais matérias Recebidas e Expedidas encontram-se à disposição dos Nobres Vereadores na Secretaria da Casa”. **Presidente – Vereador Almir Ávila** – “Feita a leitura das correspondências Recebidas e Expedidas por este Poder Legislativo passamos agora ao **PEQUENO EXPEDIENTE** para o Vereador falar de matéria apresentada por até cinco (5) minutos. A palavra encontra-se à disposição dos senhores Vereadores no Pequeno Expediente. A palavra está à disposição da Excelentíssima Vereadora Dra. Márcia”. **Ver^a, Dr^a. Márcia** – Que após as saudações iniciais, disse: “Iniciando aqui, como sempre fazemos no Pequeno Expediente, apresentamos as Indicações. Indicações que vão de encontro aos anseios necessários da nossa população. A primeira que eu faço é encaminhando ao Prefeito e demais autoridades, solicitando a regularização fundiária urbana





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

de Camapuã-MS. Essa Indicação se faz com base no Programa de Regularização Fundiária Urbana de Mato Grosso do Sul, para que seja outorgado pelo Poder Público Municipal as escrituras definitivas aos proprietários das casas adquiridas através de programas habitacionais em todo o município. Devendo essa regularização iniciar-se no Distrito de Pontinha do Cocho-MS, no residencial Bela Vista. Temos aqui, participei e trabalhei muito nessa função de regularização fundiária, é extremamente importante para o município e para os munícipes. Você traz, dá a oportunidade de regularizar aquele imóvel que ainda não tem, aquele proprietário é legítimo, tem a posse, mas ele não tem ainda a escritura e nós temos muitas situações dessas neste município. Fizemos muitas, regularizamos na época da administração do Prefeito Moisés Nery - e o Donino também era Vice-Prefeito - regularizamos muitas casas que podiam ser regularizadas. Ficaram aquelas que estavam em área de risco e essas não podem realmente receber a titularidade. Mas agora tem esse programa também, embora já tínhamos leis que autorizava, Camapuã-MS é um município que tem a sua lei própria que é o Plano Diretor que já autoriza o Prefeito a fazer essas regularizações. Mas está aí e é uma Indicação. E o gestor público precisa tomar essas medidas que venham atender aos anseios da população e traz benefício também para o município. A segunda Indicação é que a Prefeitura Municipal adquira terrenos para construção de casas para desenvolver programas habitacionais em parceria com o Estado, Governo Federal, para as pessoas que possuam renda familiar de um até três salários mínimos. Nós temos um déficit, não está atualizado, com mais de mil pessoas que necessitam de uma moradia digna, pessoas de menor poder aquisitivo. Então, o Poder Público precisa atuar com bastante determinação nessa área. Outra Indicação que faço, nós estamos tendo bastantes problemas aqui nos bairros que não possuem saneamento básico, com as questões das fossas sépticas. Então, imagina que essa população, nesse período de seca já está passando por situação muito constrangedora, imagina no período das águas. É necessário que o Poder Público faça um convênio com essas empresas que prestam esse serviço dando um auxílio porque cada munícipe ele gasta, no mínimo, mais de cento e cinquenta reais (R\$150,00) só com a limpeza da fossa. Cento e cinquenta reais (R\$150,00) para uma família com o orçamento pequeno, apertado, faz muita diferença e o saneamento básico é um direito da população, um dever do Estado, do Município e do Governo Federal". **Presidente – Ver. Almir Ávila** – “A palavra continua à disposição dos Senhores Vereadores no Pequeno Expediente. Como mais nenhum dos Senhores Vereadores querem fazer o uso da palavra no Pequeno Expediente, agora eu vou conceder a palavra ao senhor Fernando Furtado Ribeiro, Secretário de Governo, que estará prestando esclarecimento em atendimento ao Requerimento nº 001/2018, de autoria da Excelentíssima Vereadora Dr^a Márcia, sobre o Processo Licitatório - Pregão Presencial nº 005/2018, destinado à aquisição de materiais de construção hidráulica com adjudicação do objeto da licitação os fornecedores União Materiais de Construção LTDA, no valor global de novecentos e oito mil, cinquenta e quatro reais e noventa e nove centavos (R\$ 908.054,99). Gostaria de informar aos Senhores Vereadores que enquanto o ex-secretário estiver fazendo sua explanação ele não pode ser interrompido. Após a explanação nós abriremos a palavra para que, se os Senhores quiserem fazer alguma pergunta, poderão estar fazendo. Então, o ex-secretário Fernando está com a palavra”. **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Primeiramente, quero cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, o senhor Almir Ávila; também cumprimentar o Secretário da Mesa, Vereador Aloizio Targino; demais vereadores; meus cumprimentos também aos servidores da Casa; cumprimentar os representantes dos olhos da Imprensa aqui presente; demais autoridades por ventura presentes e o público de um modo geral. Meu muito boa





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

noite. É com satisfação, Dr^a. Márcia, e com grande respeito que estamos aqui atendendo o vosso Requerimento e agradecer-te pela oportunidade de nos proporcionar, poder vir aqui e prestar esclarecimentos sobre esse Processo, objeto de diversos comentários em Redes Sociais sobre a nossa avaliação - um pouco equivocada - mas, felizmente, a senhora nos deu essa oportunidade de vir aqui e passar essa história a limpo. Trata-se de um Registro de Preço como bem falou o Presidente. O Registro de Preço é normatizado pela Lei da Licitação nº. 8.666/93[1], acho que todos vocês conhecem mais do que eu. E no âmbito do município é regulamentado por um Decreto. Vou ver se o localizo aqui. O Registro de Preço no âmbito do município é regulamentado pelo Decreto nº. 2.082[2], de 03 março de 2009, que: “Regulamenta o Sistema de Registro de Preço para aquisição de bens e serviços da Administração Direta ou Indireta do município de Camapuã-MS, e dá outras providências”. **Art. 1º** - O Sistema de Registro de Preços para aquisição de bens ou contratação de serviços pelos olhos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta do município de Camapuã-MS, obedecerão ao disposto neste Decreto; **Art. 2º** - Utilizar-se-á, preferencialmente, do Sistema de Registro de Preço, quando se verificar qualquer das seguintes hipóteses: **I** - em razão das necessidades permanentes e renováveis da administração, houver contratações frequentes do mesmo bem ou serviço; **II** - forem convenientes à aquisição de bens ou contratação de serviços de forma parcelada, em face da impossibilidade de estimar com exatidão os quantitativos ou as condições específicas e concretas da execução contratual; **III** - for conveniente a aquisição de bens ou contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade ou a programas de governo; **IV** - for conveniente e oportuna a aquisição de bens ou a prestação de serviço de forma eventual, na medida das necessidades. E aí vai. Mas o que eu quero inicialmente esclarecer é o seguinte: o instrumento utilizado para formalizar o Processo de Licitação - que é o Registro de Preço - ele foi perfeitamente enquadrado na melhor alternativa, uma vez que ele foi feito para construção, para reforma e para reparos. Então, Senhor Presidente, eu não vejo outra forma de fazer aquisições, permanentemente, para trocar uma torneira, trocar uma válvula hidra, uma telha que quebrou ou coisinha de pequeno valor senão através da Ata de Registro de Preço. Porque você tem como imprimir uma velocidade no atendimento das demandas das Secretarias. Então, foi por isso que nós utilizamos o Registro de Preços. Acho - em meu entendimento - perfeitamente correta a escolha por fazer compra de material de construção para a construção, pequenos reparos, reforma e material hidráulico por Registro de Preços. De outra forma, seria conveniente que a cada demanda se abrisse um Pregão, aguardaria um prazo de oito dias, ser publicado, seria muito *boroso*. Ou, então, seria de outra forma como sempre faz, ou seja, faz dispensas sucessivas contrariando a legislação, ou então pior ainda, você vai ao estabelecimento do fornecedor assina uma notinha - que já aconteceu em outras situações - absolutamente irregular. Então, a gente está muito tranquilo. Eu acho que acertamos em fazer o Registro de Preço para essa finalidade. E quanto a isso, depois se tiver questionamento contrário, a gente aceita e podemos até ponderar para no futuro agirmos de forma diferente. Outro fato que ocorreu e que quero registrar até antes de ouvir os questionamentos dos Senhores Vereadores, é que surgiram comentários em Redes Sociais de que a Prefeitura já havia pago oitocentos mil reais (R\$ 800.000,00) por conta desse Registro de Preço. É equivocada a informação. Eu tenho aqui - e vou passar, Presidente - fazer a gentileza de entregar para cada Vereador os empenhos realizados até hoje nesse Registro de Preço. De fevereiro até hoje foi empenhado apenas setenta mil reais (R\$ 70.000,00) e ainda não foi pago nada, por enquanto, para o fornecedor. Então, de forma que a gente ouvia esses comentários de que a Prefeitura tinha pago oitocentos mil reais (R\$ 800.000,00); como





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

é que pode gastar oitocentos mil reais (R\$ 800.000,00); não executou nenhuma construção; não executou nenhuma reforma. E, agora, a gente está tendo a oportunidade de dizer o seguinte: foi equivocada. Foi um ruído falso que surgiu. As Redes Sociais, hoje, são muito ágeis. Então, se disseminou esse comentário e foi bom que a gente está aqui agora para passar a história a limpo. Senhor Presidente, eu acho, assim, de explanação por iniciativa minha eu acho que eu tinha que esclarecer isso aí. E fico à disposição para perguntas e de antemão vou dizer o seguinte: que alguma coisa de ordem técnica - se eu não conseguir responder aqui - gostaria de ter a oportunidade de fazer por escrito, posteriormente, ou senão retornar aqui em uma próxima Sessão e esclarecer”. **Presidente – Ver. Almir Ávila** – “Eu agradeço muito os seus esclarecimentos, a sua vinda aqui, cumprindo a legislação desta Casa e do nosso município. Mas gostaria, antes de qualquer um dos Senhores Vereadores perguntar, gostaria de fazer duas perguntas ao senhor que eu acho que vai ser interessante: Primeiro, quantas empresas compareceram ao certame?”- **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Então, nós fizemos todos os trâmites processuais legais. Compareceram duas empresas. Uma foi vencedora de, aproximadamente, oitenta por cento dos itens (80%) e a outra venceu o restante, ou seja, uns vinte por cento”. **Presidente – Ver. Almir Ávila** – “Então, esse Registro de Preço é feito item por item?”- **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Foi feito item por item. Deu em torno de duzentos e poucos itens eu acho; cento e setenta e poucos da parte de material de construção e da parte hidráulica eu acho que deu uns cinquenta”. **Presidente – Ver. Almir Ávila** – “Mas as especificações foram pelo menor preço ou também tinha relacionado à qualidade do produto?”- **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Foi feito pelo menor preço”. **Presidente – Ver. Almir Ávila** – “Então, não tinha nada a ver a qualidade. Eu estou satisfeito. E gostaria agora de abrir aos Senhores Vereadores que quiserem fazer uma pergunta ao ex-secretário. A Vereadora Dr^a. Márcia pode usar o microfone”. **Ver^a. Dr^a. Márcia** – “Quero, primeiramente, agradecer ao secretário pela presença, dizer que para nós Vereadores o Requerimento e essa chamada, pode ser do Secretário ou de qualquer pessoa que exerce uma função pública, é inerente a nossa função. E, realmente, eu faço questão de esclarecer os fatos porque a nossa população questiona. E a melhor coisa - eu sempre digo - é a resposta que venha a convencer que a Administração Pública está fazendo o uso coreto do dinheiro público. Então, senhor Secretário, considerando, infelizmente, os Processos chegaram bem tarde por problemas de informação, então, eu manuseei bem rápido aqui juntamente com o Dr. Eduarte e considerando que essa forma de licitação ali, foi, eu li que é para a manutenção dos prédios públicos. Vossa Excelência está dizendo que também é para construção e reformas. Seria interessante: vocês tem um planejamento? Quais seriam esses prédios, primeiramente, que serão reformados? Qual é esse planejamento? Porque tem uma previsão do gasto - que não é pouco - mas também a gente precisa saber. O senhor tem esse planejamento, ou seja, desses prédios que serão reformados?”- **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Bom, talvez me faltou ser mais claro. O fato da gente licitar esse valor isso não significa que a Prefeitura vai comprometer o seu orçamento com esse valor e, também, ela não tem o compromisso de fazer aquisição. Cada secretaria estima aquilo que possa vir a ser demandado, mas não que necessariamente ela vai precisar. É uma estimativa. Tanto é que você não compromete o orçamento e você também não tem o compromisso de fazer aquisição. Você tem apenas o melhor preço registrado. Portanto, não chega assim a ser um fato da gente falar assim: ”*ah, o município vai gastar um milhão de reais (R\$1.000.000,00) com compra de material*”. Mas você tem que





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

colocar o máximo de itens possíveis para que, em uma eventualidade de necessidade, você estar com aquele item licitado. Mas, Dr^a. Márcia, em hipótese alguma a gente não faz nem bloqueio de orçamento, a gente não faz empenho e não temos o compromisso de comprar”. **Ver^a. Dr^a. Márcia** – “Entendi, ex-secretário. Também como Membro do Legislativo entendo que o Poder Público talvez teria outra forma que evitaria maiores problemas nessa questão de Processos Licitatórios. Porque dessa forma a fiscalização fica mais difícil e acredito que para o Poder Público prestar a conta é mais difícil. Entretanto, cabe a nós e a vocês fazerem as compras de acordo e nós, também, a fiscalizarmos exatamente esses empenhos e essas compras. O outro questionamento que temos, bom, se o senhor está dizendo que pode ter o serviço ou não ter, nem se fala aqui como serão feitos esses serviços, porque pode ser por funcionários da Prefeitura ou prestação. O senhor teria alguma posição nesse sentido? Quem prestará esses serviços?”- **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Esse serviço é o seguinte, Vereadora: se a Prefeitura licitar uma determinada obra que o material for por conta do município e, apenas a mão de obra será por conta de um empreiteiro, aí nós lançamos mão disso aqui até o limite que foi licitado. E se for reparo que o nosso pessoal mesmo faz, a gente vai no momento, o servidor que vai fazer o reparo faz o orçamento, vai à secretaria faz a requisição aí, sim, nós empenhamos, levamos lá e retiramos a mercadoria. Então, desculpa, me deixa complementar. Então, o seguinte: não dá para eu dizer se eu vou usar esse material em um Posto de Saúde, ou se vou usar em uma escola, no Paço Municipal, na pintura do meio-fio ou em qualquer outro setor do município. A verdade é que nós temos - disponível para comprar - já registrado o menor preço. Então, só me basta fazer o empenho tão somente. Não precisa convocar novamente, provocar uma competição de preço pra saber qual é o melhor. Se eu não fizer o Registro de Preço a cada momento eu terei que abrir um Processo Licitatório pra fazer uma aquisição. E decretos são itens que você não consegue prever nem a quantidade e nem que tipo de item você vai precisar no decorrer de doze meses”. **Ver^a. Dr^a. Márcia** – “Ok. Embora eu aceite sua explicação e não concorde que, para o Poder Público seja a melhor forma, entretanto, a lei autoriza e se o procedimento estiver justificado legalmente. Neste mesmo Requerimento, senhor Secretário, falamos sobre a locação dos veículos. E aí Vossa Excelência nos encaminhou aqui uma lista: a caminhonete que serve ao gabinete do Prefeito; o Prisma à Secretaria de Educação; o Pálio à Secretaria de Administração e Tributos; o Gol à Secretaria de Agronegócio e um Gol à Secretaria de Obras. Eu gostaria de saber: aqui Vossa Excelência tem na cabeça o valor que sai essas locações aqui?”- **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “A S-10, que é a caminhonete: oito mil novecentos e vinte e quatro reais (R\$ 8.924,00) mensais; o Prisma: dois mil e setecentos reais (R\$ 2.700,00); o Pálio: eu tenho que fazer uma continha, mas é mais ou menos isso, porque o Pálio está com seis meses e saiu treze mil e trezentos reais (R\$ 13.300,00), saiu mais ou menos dois mil e duzentos reais (R\$ 2.200,00); e os Gols: foram por quatro meses (abril, maio, junho e julho) dezessete mil (R\$ 17.000,00), são dois mil e duzentos reais (R\$ 2.200,00) aproximadamente”. **Ver^a. Dr^a. Márcia** – “Cada Gol?”- **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Mensal. Exatamente”. **Ver^a. Dr^a. Márcia** – “Senhor Secretário, verificamos aqui nesse caso, qual a vantagem dessas locações para o município? Pelo preço aqui daria para pagarmos aqui - só de Gol - poderíamos fazer aquisição, comprar esses veículos. Qual a vantagem para o município essa locação?”- **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Dr^a. Márcia, é assim: é uma estratégia de gestão. Você tem que fazer a gestão financeira e você tem que ver com os recursos que você tem





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

disponível para reembolsar no momento. Certo? Cem por cento da compra de um veículo ou se você não tem viabilidade financeira para se fazer isso, ou seja, você não tem outro recurso a não ser locar. Então, estrategicamente o Executivo achou por bem que, levando em consideração a situação financeira do município, nesse momento seria mais conveniente para atender a população, para atender a demanda da secretaria seria, então, a locação. Perfeitamente correta, contratada na forma da lei. É uma decisão administrativa do Chefe do Executivo que, se estiver dentro do processo legal, a gente tem que realizar a contratação”. **Ver.ª. Dr.ª. Márcia** – “Ok. Vou passar aqui para os Nobres Pares, talvez eles também queiram fazer algum questionamento”. **Ver. Lellis Ferreira da Silva** – “Boa noite a todos. Agradecer o nosso ex-secretário de Finanças por vir aqui dar esclarecimentos à população. E a minha pergunta, senhor Fernando, é com respeito (...) eu dei uma olhada rapidamente aqui no Processo e vi aqui que apenas uma empresa de Camapuã-MS fez cotação de todos os itens, ou seja, que é a empresa que inclusive se sagrou vencedora. Tem alguma explicação por que as demais empresas do nosso comércio não fizeram ou não deixaram de fazer a cotação prévia da licitação?”- **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Não. Explicação nós não temos, Vereador. O que posso afirmar é o seguinte: foi publicado, deu-se publicidade, não compareceu ninguém lá pra gente falar assim ‘*saí dessa licitação, não participa*’. Foi aberto o Processo. Agora porque a empresa A, B ou C não participou aí, sinceramente, eu não me dirigi a elas pra fazer essa pergunta. A verdade é que nós cumprimos aquilo que manda a legislação. É publicar e deixar o tempo regulamentar lá publicado no âmbito oficial do município. Isso nós fizemos. E posso te garantir: não mandamos nenhum recadinho para nenhuma empresa deixar de participar. Isso eu posso te afirmar”. **Ver. Lellis Ferreira da Silva** – “Vou firmar a minha pergunta secretário: por que as empresas do nosso município não fizeram a cotação inicial? Agora, se elas vão ou não participar da licitação, é outro caso. Foram atrás fazer a cotação inicial? Esta é a minha pergunta”. **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Vereador, duzentos e pouco itens: se a empresa não tem interesse em participar ela não faz orçamento. Você não consegue obter orçamento de quem não quer participar pra fazer um orçamento de duzentos e pouco itens. Não vai. Não aparece. Não consegue. É por isso que, talvez até demorou isso aí, porque não consegue os orçamentos”. **Ver. Lellis Ferreira da Silva** – “Certo. Então, por parte da Prefeitura vocês foram atrás, então?”- **Ex-secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Nós sempre vamos atrás”. **Ver. Lellis Ferreira da Silva** – “Certo. Outra pergunta: com respeito (...) vocês fizeram a cotação prévia ali, vocês têm um valor estimado. Essa publicação só foi feita no Diário Oficial da Assomasul. Não seria interesse publicar, também, em outros Diários Oficiais, tanto do município quanto do próprio Estado por ser um valor de tamanha grandeza igual foi?”- **Ex-secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Eu não vejo necessidade porque o nosso órgão oficial é o Diário da Assomasul. Eu acho que nunca se publicou qualquer Processo em outro órgão de Imprensa que não fosse o Diário Oficial da Assomasul que é o órgão oficial para publicação do município”. **Ver. Lellis Ferreira da Silva** – “Fiz a pergunta apenas, Secretário, que é para poder dar maior transparência igual a lei prevê, mas obrigado pela informação. Outra pergunta, também: o senhor disse em uma pergunta da Dr.ª. Márcia que uma Secretaria ou outra pode pegar material. Só que aqui no Processo cada Secretaria discrimina o quantitativo dos itens. Eu queria uma explicação sobre essa fala do senhor que eu não entendi”. **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Você entende de licitação mais do que eu, mas vou tentar explicar aqui. Me corrige se eu





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

estiver errado. Cada Secretaria fez a sua estimativa inicial. Uma com duzentos mil, a outra com trezentos, a outra com quantos. Mas suponhamos que uma determinada Secretaria teve uma demanda superior. Estimou duzentos e, agora no mês de outubro, acabou-se os duzentos e ela precisa comprar. Ainda existe o instrumento do apostilamento. Você sabe disso. Uma Secretaria pode abrir mão daquilo que licitou em favor de outra. Então, se isso vier a acontecer a gente vai lançar mão desse expediente - que é perfeitamente legal - e você sabe disso aí. Fui claro ou não entendi sua pergunta?"- **Ver. Lellis Ferreira da Silva** - "Não, eu compreendi. Só que agora que o senhor veio falar da questão do apostilamento. A minha dúvida era com respeito a uma troca de uma Secretaria pela outra". **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento - Fernando Furtado Ribeiro** - "É possível, não é?"- **Ver. Lellis Ferreira da Silva** - "Desde que seja feito o apostilamento. Outra pergunta também. Essa é mais simples um pouco. Toda vez que vai ser feita uma compra é feita a requisição. E, essa requisição, por qual funcionário ela é assinada hoje? E quem é o Chefe também? E vai ter um Chefe específico para direcionar esse contrato, a fiscalização dele dentro do Executivo?"- **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento - Fernando Furtado Ribeiro** - "Se a gente pesquisar tem o Fiscal do Contrato, não é? Todo Processo, hoje, você tem que indicar o Fiscal do Contrato. A Secretaria faz a requisição, nós estamos até aperfeiçoando em nosso sistema, somente consegue imprimir essa requisição quando o Secretário de Administração e Finanças entrar no Sistema e aprovar a requisição e daí, sim, a Secretaria consegue imprimir e apresentar junto ao fornecedor. Quem faz a requisição - registra no Sistema - é a Secretaria interessada, mas hoje quem faz a liberação pra dar condições de imprimir é o Secretário de Finanças. Isso é um aperfeiçoamento recente que nós adotamos, até pra controlar gasto e tal a gente procurou centralizar no Secretário de Finanças a liberação das requisições". **Ver. Lellis Ferreira da Silva** - "Nessa planilha que o senhor apresentou para nós aqui eu vejo a pagar, hoje, numa planilha: sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta e dois reais (R\$ 69.952,00) essa daqui. Tem outra que é do Fundo Municipal de Saúde, também, de setenta mil duzentos e vinte e quatro (R\$ 70.224,00). Esses dois gastos é o valor hoje que o nosso município já pegou em materiais nesse Processo?"- **Ex-secretário de Administração, Finanças e Planejamento - Fernando Furtado Ribeiro** - "Esse sessenta e nove é um subitem? Eu não estou com a relação aqui. Confesso que não fiquei". **Ver. Lellis Ferreira da Silva** - "O senhor pode confirmar depois essa informação e repassar igual o senhor falou - via ofício - só pra título de esclarecimento". **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento - Fernando Furtado Ribeiro** - "Não, Vereador. É fácil entender. Você tem sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta e dois reais (R\$ 69.952,00), depois você tem mais um empenho de duzentos e setenta e um mil reais (R\$ 271.000,00) e foi pra setenta mil, duzentos e vinte e quatro reais (R\$ 70.224,00)". **Ver. Lellis Ferreira da Silva** - "Não, é só porque nas outras não têm essa parte que fala de transporte. Então, o valor gasto hoje é: setenta mil, duzentos e vinte quatro reais (R\$ 70.224,00)"- **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento - Fernando Furtado Ribeiro** - "Perfeitamente". **Ver. Lellis Ferreira da Silva** - "Certo. Muito obrigado". **1º Secretário - Ver. Aloizio Targino** - "Secretário, eu gostaria de fazer algumas perguntas também. A minha primeira é referente aos materiais, ao Registro de Preços. Até uma pergunta parecida foi feita pela Drª. Márcia. Vou tentar abordar de outra forma para ver se fica um pouco mais claro quanto à realização desse serviço que vier, se vier a ser realizado dentro desse Registro de Preço. Temos aqui, então, um total de setenta mil, duzentos e vinte e quatro (R\$ 70.224,00) e, destes, sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta e dois reais (R\$ 69.952,00) foram através da Secretaria de Educação. E eu





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

observei aqui que apenas uma escola que está em reforma, a gente até tem visto na mídia, na imprensa oficial, que é a Escola Ernesto Sólton Borges, tem algo em torno de dezesseis mil reais (R\$16.000,00). Saberíamos dizer como que está sendo feito - nesse caso específico ou dentro da Secretaria específica - a realização do serviço?"- **Ex-secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Porque aí no histórico do empenho aparece, detalhadamente, para que órgão foi. Se foi pra Creche, se foi pra Escola. A gente teria que fazer o levantamento e ver. Estão reformando a Secretaria de Educação - está reformando, o senhor sabe disso - é possível que tenha gastos mais expressivos, mas pra dizer os itens que foram requeridos, a finalidade e para que unidade foi - assim de cabeça eu não consigo”. **1º Secretário – Ver. Aloizio Targino** – “Sim, Secretário, mas saberíamos dizer, um exemplo, esses dezesseis mil reais (R\$ 16.000,00) que foi para apenas uma unidade escolar, ele está sendo realizado esse serviço: pela equipe da Prefeitura? Uma equipe contratada? De que forma está contratada? Algo nesse sentido?"- **Ex-secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Equipe da Prefeitura que está fazendo a reforma”. **1º Secretário – Ver. Aloizio Targino** – “Assim, não tem um terceiro prestando o serviço? Essa era a dúvida”. **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Não. A equipe é aqui da Prefeitura, Vereador”. **1º Secretário – Ver. Aloizio Targino** – “A próxima pergunta, senhor Secretário, é referente ao caso das locações de veículos. Eu tomei a liberdade de fazer uma tabela aqui com os valores referentes ao que já foi pago ou empenhado. Um valor total de cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte e sete reais (R\$ 57.427,00) e, desses, dezoito mil, quinhentos e quarenta e dois reais (R\$ 18.542,00) apenas para a Secretaria de Administração. Na verdade, a Pasta que mais consumiu deste serviço de locação foi a Secretaria de Administração, sendo: dezoito mil, quinhentos e quarenta e dois reais (R\$ 18.542,00). E a gente tem visto no município um problema, por exemplo, quanto a veículos na Saúde, ambulâncias. Esses serviços, essa locação poderia ser feita, por exemplo, para locar uma ambulância para estar à disposição da população? Porque enquanto Vereador, assim, acredito que hoje a necessidade do município é bem maior de uma ambulância do que um carro à disposição da Secretaria de Administração. Queríamos saber se esse Processo permite a locação de ambulância, por exemplo, ou outro veículo para transportar passageiros da Saúde”. **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Quando nós contratamos, isso está sendo locado através da Agência de Viagens. Se a Secretaria de Saúde aderiu a esse Processo até o limite que ela aderiu ela pode locar veículos. Mas, Vereador, não é minha área a Saúde, mas das Secretarias, a que está bem mais servida de veículos, de todas as Secretarias, eu acho que é a Secretaria de Saúde. A Saúde está bem”. **1º Secretário – Ver. Aloizio Targino** – “Até de ambulâncias, Secretário?"- **Ex-secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Bom, é uma questão técnica, gerencial da Secretaria de Saúde. Eu não vou manifestar se é suficiente ou não é, mas é uma análise superficial...”. **1º Secretário – Ver. Aloizio Targino** – “Mas, assim, pra complementar: se o Secretário da Pasta achar que deve-se contratar uma locação de ambulância ele permite esse Processo? Uma ambulância?"- **Ex-secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Eu teria que ver mais detalhes na Agência de Viagens. Quando nós licitamos os itens nós licitamos Vans para quinze pessoas, licitamos ônibus para quarenta e cinco lugares. Eu teria que, o senhor me permite pra eu poder ser claro aqui, agora, se lá foi também, lá constou como item licitado a locação de ambulâncias. Mas, eu acho que não porque a Secretaria de Saúde, possivelmente, não demonstrou interesse em aderir esse Processo”.





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

Ver. Antônio Borracheiro – “Senhor Presidente, Questão de Ordem. Na verdade o que está em foco com o Secretário é o Requerimento da Dr^a. Márcia sobre o Pregão e não sobre a Saúde. Acho que está sendo modificado aqui as perguntas”. **Presidente** – **Ver. Almir Ávila** – “Eu gostaria de pedir aos Senhores Vereadores que se concentrem, justamente, na pauta requerida pela Excelentíssima Vereadora Dr^a. Márcia que é referente ao Registro de Preço e a Locação de Veículos que consta no Requerimento, por favor”. **1º Secretário** – **Ver. Aloizio Targino** – “Senhor Presidente, até continuando e talvez se não fui bem claro, por exemplo, aqui na Secretaria de Saúde tem um veículo Voyage. A minha dúvida - que o Secretário entendeu bem e até agradeço pela resposta - era se: ao passo que se pode contratar um veículo Voyage possa, também, ser contratado, por exemplo, uma Doblô de ambulância. Era apenas isso. Eu acho que é dentro do assunto que a gente está tratando, Presidente. Então, mais uma pergunta senhor Secretário, também, de posse desse Processo sobre a contratação. Eu observei que, assim estranho até, o senhor como Secretário da Pasta na época, ela tem como atividade econômica principal Agências de Viagem e, nas secundárias: operador de turismo, reserva de serviço de turismo e, também, organização de feiras e congressos, exposições e festas. Assim como está no cartão do CNPJ da empresa, também no Contrato Social dela não diz nada a respeito sobre locação de veículos. Não sei se o senhor, talvez não seja possível responder agora, mas da habilitação se foi além sobre a questão técnica, teve outra empresa privada que demonstrou habilidade técnica da empresa - não sei se é o termo correto – mas, assim, nos documentos oficiais, seja cartão do CNPJ e Contrato Social, a inscrição estadual não tem essa atividade econômica. Não sei se foi observado e por que não está junto com o Processo?”- **Ex-secretário de Administração, Finanças e Planejamento** – **Fernando Furtado Ribeiro** – “Pois é, essa questão técnica aí eu vou ficar devendo. Mas eu imagino que os demais licitantes não entraram com recurso, pois se tivesse entrado possivelmente teria chamado a atenção, talvez o Pregoeiro na hora de analisar a documentação deixou passar batido e não houve recursos dos demais licitantes. Pode ser que tenha ocorrido isso aí. A gente pode até checar e, depois, dar informações complementares, mas, assim de momento, eu não posso dizer sobre esse pequeno detalhe”. **1º Secretário** – **Ver. Aloizio Targino** – “Mas tranquilo, Secretário. No mais, agradeço pelas respostas, agradeço também pela presença como a Vereadora Dr^a. Márcia falou: *‘é muito importante pra gente ter esse momento aqui de esclarecer para a população’*. E até digo, porque da primeira vez que trouxe, no dia que foi licitado a questão dos materiais, eu vim até essa Tribuna e chamei a atenção devido ao valor. Compreendo que é pra Registro de Preço, mas, assim, a gente tem demonstrado e é uma preocupação nossa quanto à utilização dos recursos. Por isso que não é nada para tentar denegrir, falar que está fazendo errado. É apenas uma preocupação quanto ao recurso público. Muito obrigado”. **Presidente** – **Ver. Almir Ávila** – “Algum Vereador mais quer fazer alguma pergunta? A palavra está com o Vereador Hugo Bomfim”. **Ver. Hugo Bomfim** – “Senhor Secretário Fernando. É um prazer conversar com o senhor aqui na Câmara de Vereadores. Eu gostaria, também de salientar para os demais Vereadores e para a população presente, que pela lhanza de conduta que Vossa Senhoria demonstrou quando nós fomos até a Prefeitura buscar informação sobre um Processo de Licitação que estava em curso na sua Pasta. Vossa Senhoria nos atendeu com toda lhanza e nós ficamos muito gratos por isso e tornamos isso público agora. Eu vou me ater apenas ao Pregão Presencial que foi utilizado para a aquisição de material de construção. Eu gostaria de, talvez discordar um pouquinho do enfoque de que o Pregão Presencial para a aquisição do material de construção seja a melhor modalidade de licitação, e vou colocar aqui as minhas dúvidas sobre isso. É um fato sabido, senhor Secretário que, a construção civil, ela tem uma enormidade de itens.





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

Então, se eu, por exemplo, penso que vou utilizar um cotovelo de PVC com as duas extremidades lisas e, depois, eu preciso de um com rosca. E aí eu faço um Pregão e coloco só o cotovelo liso e não coloco o com rosca. E aí como é que eu vou comprar o com rosca se eu só previ o liso? Eu vou ficar como? Vou fazer outro Pregão Presencial? Eu não posso fazer um aditivo de natureza. Só poderia fazer de quantidade. Então, eu fico com esta dúvida. A outra dúvida que eu acho é o seguinte: quando nós executamos uma obra é evidentemente que nós temos a utilização de mão de obra e a utilização de material. O material está sendo provido através desse Pregão Presencial, tudo bem. Agora, em um serviço público as leis não fazem diferença quando desaparece da Prefeitura um trator ou um cotovelo na hidráulica. Aí eu pergunto: como é que está sendo controlado o material que sai lá da casa que vendeu o produto até a obra? Quem é que está fiscalizando essa obra? Porque pelo o que eu entendi até agora está sendo feito por Administração Direta. Então, eu pergunto: como é que eu posso saber se o maço de pregos de dezessete por vinte e um (17x21) saiu lá da casa de material de construção e chegou lá na construção se eu estou só controlando empenho através da Secretaria de Administração? É a Secretaria de Obras quem faz essa fiscalização? Essa é a pergunta que eu coloco”. **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Eu falei aqui Vereador, quanto ao cotovelo, o senhor já foi Prefeito e sabe como é que compra. Eu vou descobrir ainda. Mas, eu falei aqui em Fiscal de Contrato. Cada Processo Licitatório é indicado ali e, o Fiscal do Contrato, tem que atestar a nota para a contabilidade pagar. A princípio, pelo menos teoricamente, esse Fiscal do Contrato - que está em cada Secretaria tem que fazer a requisição que administra aquele contrato - ele para atestar tem que ter certificado de que aquele material foi, efetivamente, entregue. Então, o Fiscal do Contrato é o responsável para certificar-se de que aquilo que foi requisitado realmente chegou, corretamente, ao seu destino. Agora, é uma missão difícil? É. Mas, é assim o Sistema até hoje adotado pra controlar a efetiva entrega da mercadoria comprada”. **Ver. Hugo Bomfim** – “Bom, então, se eu tinha alguma dúvida agora não tenho mais. O Pregão Presencial não é a forma indicada para se comprar material de construção. Porque o Fiscal de Contrato é uma figura que foi criada pela Lei 10.520^[3] só para o ponto de vista legal fiscal do contrato, mas se vai executar (...) imagine o seguinte: eu vou executar uma obra de eletricidade. Esse Fiscal de Contrato pode ser um advogado. Na hora que você falar pra ele que é um disjuntor ele vai falar: *‘que bicho é esse?’*. Então, quer dizer: a fiscalização de obra deve ser feita pela área de Engenharia. Então, quem vai fiscalizar é o pessoal qualificado pra executar aquele serviço e, ele sim, vai poder atestar: *‘olha, esse material foi aplicado’*. Se nós quisermos fazer amanhã uma fiscalização: onde é que foi utilizado determinado tipo de material? Vai ser uma enorme dificuldade. Então, eu tive a oportunidade de executar inúmeras obras dos dois lados da mesa e entendi, sempre, que existem as outras modalidades de licitação, como: Carta Convite, Tomada de Preço, Concorrência, que são muito mais adequadas para esse serviço e, quando nós contratamos o serviço pronto e não termos aí a contratação de mão de obra e mais um Pregão que foi feito por estimativa e não podia ser de outra forma. E quando nós poderíamos ter um levantamento pra se fazer uma reforma - ou para se fazer uma construção - e a própria lei permite que se faça aditivo para ajustagem de quantificações de vinte e cinco por cento (25%). Então, permita-me em observar o seguinte: o Pregão Presencial é muito adequado para adquirir utilidades de uso comum. Medicamento, por exemplo, não tem dúvida. O Pregão Presencial é excelente, mas para material de construção, para obra de Engenharia, decididamente, nos parece que não é a melhor escolha. Eu sei que isso aí é uma decisão que é muito mais do Chefe do Executivo do que da Secretaria. Era isso que eu queria dizer”.





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro – “O Fiscal de Contrato, pra gente ter um pouco de prudência, eu não poderia indicar pra ser Fiscal de um contrato - de um Processo de Engenharia - um Contador. Eu tinha que pegar alguém da Obra que realmente vai conhecer as especificações e vai poder, de fato, atestar que o material adequado é o que foi licitado. Então, essa hipótese de falar assim: *'ah, o Fiscal do Contrato...'*, desculpa eu tenho que contestar o senhor que tem uma experiência muito maior do que eu, mas eu vou dizer o meu entendimento, se estiver errado o senhor me corrige. A gente não iria indicar, então, uma pessoa que não tivesse as habilidades, competências necessárias pra fiscalizar aqueles itens ali. Então, se for de obra de Engenharia, evidentemente, a gente tem que colocar um engenheiro para ser Fiscal do Contrato. Cada Processo a Secretaria indica o fiscal. A gente quando fez Registro de Preço na verdade, Vereador, no meu entendimento, a gente não fez pensando em construir uma escola usando isso. A gente pensou em fazer uma pequena construção talvez, mas com um olhar muito mais em pequenas reformas e manutenção. Eu acho, também, que se a gente for construir uma escola, vamos ter que fazer uma Tomada de Preço, um Pregão Presencial e deixar de lado essa Ata de Registro de Preço porque ela foi feita mais com o objetivo de manutenção. Esse é o meu entendimento: que eu posso fazer uma licitação pra construir uma escola e deixar que se apresente, então, mão de obra e material no Pregão sem lançar mão da minha Ata de Registro de Preço. Não sei se fui claro ou se consegui ser objetivo”. **Ver. Hugo Bomfim** – “Pelo o que entendi, Secretário, então se eu quiser saber, amanhã, onde foi parar uma telha que foi comprada com o empenho número X, pra obra Y, eu vou encontrar um documento atestando especificamente que aquela telha foi aplicada em tal lugar? **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Sim. O Fiscal do Contrato...” **Ver. Hugo Bomfim** – “Pois é, mas aí tem de ter, não é só o Fiscal atestar o *checklist* que vocês usam; aí ele teria de dizer que foi aplicado lá na obra. E eu vou encontrar esse documento?” **Ex-secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Se o senhor não encontrar documento o senhor vai encontrar a obra pronta. Vai encontrar a telha colocada no lugar lá. Então, eu acho até mais que o documento é você encontrar o *trem* realizado”. **Presidente – Ver. Almir Ávila** – “Mais alguns dos Senhores Vereadores? Como mais nenhum dos Senhores Vereadores quer fazer pergunta, eu gostaria (...) o Vereador Antônio Borracheiro”. **Ver. Antônio Borracheiro** – “Senhor Secretário, quero primeiramente agradecer a Vossa presença e os esclarecimentos que o senhor está fazendo aqui em relação ao Requerimento da Dr^a. Márcia e questionar alguma coisa aqui pra dizer. O senhor disse no início da sua fala que nós tivemos sendo questionados, mas dizendo: massacrados pela mídia e pelos grupos. E isso é ótimo a gente ouvir, falar, questionar, sobre esse Pregão Presencial. Felicitar a Dr^a. Márcia por ter feito esse Requerimento e aos Vereadores por tê-lo aprovado pra trazer aqui esses esclarecimentos. A partir da hora que saí um Requerimento, só pra te esclarecer Secretário, muita gente - entre aspas - acha que já há alguma irregularidade. Infelizmente, a gente acompanha aqui em nossa cidade e em várias cidades esse fato. Então, só para terminar de esclarecer, o Presidente também acho que tem mais alguma pergunta que foi dito, aqui foi esclarecido a Vossa Excelência esse Pregão. Gostaria que a Vossa Excelência me respondesse: qual o valor desse Pregão de melhores preços?” **Ex-secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Esse valor estimado pra uso em doze meses pelas nossas seis Secretarias, obedecendo um valor estimado - possível de ser utilizado por cada Secretaria - ele ficou em torno de um milhão e cento e pouco”. **Ver. Antônio Borracheiro** – “Um milhão cento e pouco”. **Ex-Secretário de Administração,**





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro – “Mas eu faço questão de ressaltar que o município não tem a obrigação de fazer essas aquisições e que o município não comprometeu seu orçamento com esse valor, mas tem a sua disposição um número muito grande de itens que, ele tentou na verdade, não faltar nenhum item para reparo e nem um prédio da Prefeitura que seja: uma lâmpada, uma válvula hidra, uma casa de Sky, uma telha que quebrou, um parafuso que soltou. Então, esse é o objetivo. Você quando fala em Registro de Preço, você não está no pressuposto de que vai comprar todos aqueles itens. Mas, você tenta se cercar de que, qualquer item que faltar pra você, você vai estar com ele citado. Então, o valor na verdade - nessa situação - ele é quase que simbólico, o valor total. Porque você não empenhou, você não tem compromisso de comprar, e você tem a vantagem se precisar - em uma eventualidade - você está com ele citado e se sabe qual o menor preço”. **Ver. Antônio Borracheiro** – “Justo, senhor Secretário. A primeira pergunta minha Vossa Excelência já respondeu. A segunda que eu gostaria de fazer já foi feita a resposta. Então, nós entendemos que esse Pregão Presencial não tem melhor. É preciso aqui dizer que estivemos aqui, inclusive com o proprietário da Empresa que ganhou, esclarecendo para os Vereadores. Isso só para deixar bem claro pra mídia que o proprietário já esclareceu e que, inclusive, mostrou alguns itens que até o final do ano não pode crescer preço mesmo que venha lá ter aumento de preço. Ele lá vai ter que estar fornecendo o material para a Prefeitura com aquele preço feito no Pregão Presencial. E, como o Secretário disse, não é igual a várias mídias que divulgaram, não é esse valor que vai ser gasto. Só se ele for necessário. Simplesmente, então, o que nós entendemos é que esse Pregão é para facilitar esse ano as pequenas obras, as pequenas reformas, como foi muito cobrado aqui a reforma do PSF do Bairro Alto que vai estar incluído esse material. Então, nós queremos aqui, eu principalmente como Líder do Prefeito, agradecer a sua presença, agradecer o esclarecimento e pensar, ou seja, pensar que pelo menos a mídia vai divulgar e mostrar que não tem nada de irregular diante desse Pregão. Agradecer a sua presença”. **Presidente – Ver. Almir Ávila** – “Como nenhum mais dos senhores Vereadores vai fazer nenhuma pergunta, eu gostaria de agradecer (...) mas eu gostaria (...) mais uma doutora, porque todos tiveram oportunidade, senão vamos ficar a noite inteira”. **Ver. Pedrinho cabeleireiro** – “Senhor Secretário, a gente gostaria de saber, que eu estava observando aqui na tabela sobre a reforma ali do Salão Comunitário da Vila Industrial - que a gente está vendo empenhado aqui - dezessete mil reais (R\$ 17.000,00) e mais sete mil reais (R\$ 7.000,00). E a gente queria saber: como está o andamento desta reforma, isto é, desse projeto? Quero saber se, na realidade, tem o Projeto?” – **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro** – “Vereadora, sinceramente eu me ative muito ao Processo de Licitação. Sobre a execução da obra eu realmente não posso responder porque o ofício que eu respondi, este eu procurei estudar e trazer informações sobre o Processo Licitação e não foi sobre a execução da obra. Eu vou ficar devendo essa informação, mas o Secretário de Obras, ou o Secretário de Educação, certamente podem esclarecer melhor. Eu poderia ter esclarecido se tivesse sido questionado sobre esta questão de execução da obra no Posto de Saúde do qual está se referindo. Mas eu fui sobre o trâmite legal do Processo Licitação para consultar preço de material de construção e não foi, especificamente, sobre a reforma de um prédio”. **Ver. Lellis Ferreira da Silva** – “O senhor hoje é o Secretário de Governo e a gente deixa esta pergunta para o senhor entrar em contato, então, com o Secretário de Obras e, portanto, dar um esclarecimento para nós Vereadores e também para a população com respeito ao Projeto da Reforma do Salão Comunitário da Vila Industrial. Mas, muito obrigado pelo esclarecimento do senhor”. **Ex-Secretário de Administração, Finanças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro**





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

– “Vereador, quero pedir a gentileza - só para tornar as coisas mais claras - que os senhores oficializassem. Porque aí a gente vai responder pontualmente quais são seus questionamentos, senão eu não vou levar aqui de uma forma muito vaga e não vai chegar a informação, talvez, que o senhor deseja. Se puder formalizar, eu acho que a informação vem mais precisa, mais completa e mais esclarecedora”.

Presidente – Ver. Almir Ávila – “Então, satisfeito as perguntas dos senhores Vereadores, eu gostaria de agradecer imensamente por Vossa Senhoria ter cumprindo a nossa legislação e vindo aqui responder com bastante clareza todas as perguntas que lhe foram feitas. Agradecer e desejar que o senhor - à frente da nova Secretaria do Governo - faça um bom trabalho, inclusive de ligação, e estar informando a esta Casa de Leis tudo aquilo que for solicitado pelos senhores Vereadores que eu acho que esse vai ser o grande trabalho de Vossa Excelência nessa nova Secretaria. Então, agradecer. Muito obrigado. E tenha uma boa noite”.

Ex-Secretário de Administração, Fianças e Planejamento – Fernando Furtado Ribeiro – “Agradecer a oportunidade, agradecer também a delicadeza com que me trataram aqui, a forma cordial. E dizer e deixar registrado o meu maior respeito por esta Casa. E que será sempre um prazer a gente estar vindo aqui para esclarecer. Acho que essa gestão - toda gestão tem sua deficiência, evidentemente, tem seus pontos falhos - mas a gente sente bastante segurança porque a gente sempre trabalhou de uma forma transparente, procuramos buscar a forma correta de realizar as coisas. Então, é por isso Dr. Hugo, que quando o senhor chega lá e eu não peço nem cinco minutos para entregar o Processo. De pronto eu falo: ‘*está aqui o Processo*’. Porque a gente sempre buscou a correção nos nossos atos. Então, a gente tem sempre o prazer de vir aqui prestar informação porque a gente sempre fala com simplicidade, a gente não tem nada a esconder, a gente não tem que ensaiar palavras. A gente sempre vai se sentir honrado em vir aqui. E espero que, da próxima vez, esteja mais tranquilo para falar. Muito obrigado. E fica aqui registrado mais uma vez o meu respeito por esta Casa. Estou liberado? -

Presidente – Ver. Almir Ávila – “Está liberado, Secretário. Então, gostaria agora - satisfeito o pedido da Excelentíssima Vereadora Dra. Márcia através do seu Requerimento - passamos ao **GRANDE EXPEDIENTE**, para o Vereador falar sobre a matéria de interesse público por até dez minutos. E, de acordo com a Ordem de Inscrição, está com a palavra o Excelentíssimo Vereador Pedrinho cabeleireiro”.

Ver. Pedrinho Cabeleireiro – Que após as saudações iniciais, disse: “Quero utilizar este momento para falar para os nobres companheiros sobre o Projeto que eu entrei aqui, hoje, nesta Casa. Na realidade, esse Projeto não é o Vereador que está entrando e, sim, a população que me procurou e acho que esteve procurando o Executivo. E, o Executivo, acho que teve uma cisma aqui desta Casa que todos os Projetos que ele mandou aqui, simplesmente, um não foi aprovado que foi a criação de um cargo. E é assim: esse Projeto já foi conversado aqui nesta Casa, inclusive, o Vereador Chitão esteve falando no ano de dois mil e dezessete, até a questão da música *ao vivo* - que não é o caso deste Projeto -. Esse Projeto é voltado a quê? A melhor (...) favorecer o atendimento do comércio local. Porque a gente viu aí na gestão passada que o Tenente que sempre rodeava esta Casa junto ao Ex-Vereador Humberto Bogarim, o qual era presidente aqui. E trouxe essa lei prejudicando quem? Lesando os nossos comerciantes. E, hoje, estamos trazendo aqui este Projeto, ou seja, melhorando para a nossa população. Porque eles que nos procuraram e fizeram esse abaixo-assinado. Então, a manifestação é popular do nosso povo, dos comerciantes. E eu gostaria que os Nobres Pares, os senhores Vereadores, inclusive já conversei com alguns, e só faltou conversar com o Vereador Ronnie Sandro sobre o Projeto. Estivemos aqui no fundo hoje e conversamos bastante, mas faltou essa conversa. E conversei com os demais Vereadores, inclusive, quero salientar aqui e falar que eu vejo esse Projeto que entrou aqui prejudicando





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

os comerciantes de Camapuã-MS para agradar o Tenente que estava aqui nessa cidade. E nós estamos entrando com esse Projeto, mudando, melhorando onde vai gerar arrecadação para o nosso município, onde vai melhorar para nossos comerciantes. Veja você: o comerciante quando chega meia noite ali ele não pode mais vender um cachorro quente. Veja você: o comércio local todo fechado e eu vejo em outras cidades, tais como: Campo Grande-MS, São Gabriel do Oeste-MS, Bandeirantes-MS, inclusive minha sogra é de Bandeirantes-MS e lá a gente tem a acessibilidade de poder ir e desfrutar de comer um salgado, comer um lanche. E aqui estamos sendo prejudicados. Na realidade, mais prejudicados são nossos comerciantes. Inclusive, esses dias eu estive aqui em um comércio local, o comércio estava fechado. E o comerciante, como tinha uma movimentação dentro do comércio – e eu estive lá - inclusive de um policial e esse comércio foi notificado. E eu estava presente, Senhor Presidente. Então, esse Projeto não vai favorecer o Vereador. Esse Projeto vai favorecer os nossos comerciantes. Se o Projeto é bom pra eles é bom pra mim! E acredito que vai ser bom para os senhores também. Por que nós somos o quê? Nós somos representantes da nossa população. Inclusive, quero ressaltar aqui e lembrar da época que o Vereador Hugo Bonfim era Prefeito quando o pelotão era na frende do ginásio de esportes. Acho que, salvo me engano, eram uns quatro Agentes que trabalhavam e se revezavam. E veja: não tinha essa lei excomungada, vou falar dessa forma, onde prejudica o nosso povo. E, veja você, hoje nós temos mais de quinze Agentes da Polícia Militar trabalhando pela nossa população aqui. E é justo. E, em meu entendimento, esse Projeto que vem do povo pra nós eu acho que é de extrema importância e é voltado a eles, pois vai gerar renda, mais emprego. Então, eu acatei esse Projeto e gostaria da apreciação dos Vereadores e, inclusive, já conversei. Inclusive, não tinha conversado com Vossa Excelência, Ver. Hugo Bonfim, mas Vossa Excelência - quando Prefeito - sabe dessa dificuldade que tinha a Polícia Militar em Camapuã-MS. E hoje, não. Hoje nós temos um Pelotão, temos viaturas novas, temos condições de fazer ronda em nosso município. E nós vamos estar o quê? Estar agradando nosso povo. Inclusive, quero deixar registrado aqui também que essa questão não é a questão da perturbação. Às vezes Vossa Excelência aqui e o povo que nos acompanha através das Redes Sociais, a plateia aqui, o nosso público, pode achar que estamos incentivando a bagunça. Não. Inclusive, a Lei do Silêncio ela não tem horário. É às dez horas da manhã, nove horas da noite, onze horas, desde que perturbe essa Lei está em vigor. Então, não é essa a questão. Porque às vezes Vossa Excelência, a nossa plateia, o nosso público, pode estar pensando que estamos apoiando a bagunça. Então, quero dizer que é o quê? Que é o nosso comércio local. Senhor Presidente, agora eu quero aproveitar os três minutos que tenho aqui para falar sobre nossa Pontinha do Cocho-MS. Inclusive, eu vi esses dias em Redes Sociais uma menina questionando. E eu achei, assim, até importante uma criança tomar do conhecimento do problema que se encontra ali e cobrando providência da Prefeitura onde não questionou a nós Vereadores, mas questionou quem? O Poder Público. E veja você: hoje mesmo conversei com o Chiquinho, nosso Distrital, e ele está voltado a atender as demandas ali. Mas ele também, e eu cobre ele e ele falou *'mas vereador, a gente não tem como poder trabalhar'*. Então, o que a gente pede ao senhor Secretário e para o senhor Prefeito é que mande, pelo menos, um caminhão, uma retroescavadeira, que vai estar atendendo aquela demanda, ou seja, aquele pessoal. Veja você: porque ali não tem como aquele pessoal transitar. E está aqui o ex-vereador Juvenil Sapinho, acompanhando aqui, e ele sabe o grande problema, bem como Vossa excelência, Senhor Presidente, que tem ido toda semana naquele Distrito. Então, é um pedido daquele povo. E eu quero aqui reforçar e que o Líder do Prefeito leve ao conhecimento do Prefeito e do senhor Secretário sobre esse pedido, isto é, para que mande lá esse caminhão, uma retinha





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

que vai estar resolvendo esse grande problema para eles. Outra questão é nossa Vila Industrial. Hoje o pessoal está atento nos ouvindo...” - **Presidente – Ver. Almir Ávila** – Só um momentinho, Nobre Vereador. Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que essa preocupação é inteiramente certa e correta. Eu tenho acompanhado e vejo a dificuldade porque passa a nossa população lá em nossa Pontinha do Cocho-MS quanto as nossas ruas e, principalmente, quando chove – durante a chuvarada - quanto à falta de captação de água fluvial e que nós vimos batalhando isso - desde há muito tempo - para que se resolva. Uma vez nós tínhamos uma erosão muito grande que começava lá na porta do Empório do senhor Ambrósio - antes de ter o asfalto da rodovia - e o Prefeito Moisés Nery na época tinha prometido - para nós lá - de fazer aquela contenção daquela erosão que sobrevive até hoje. Então, naquela parte não tem mais ido terra para dentro do rio. Mas a parte de baixo, infelizmente, está daquela forma que estão pondo aí na Rede Social e que Vossa Excelência tem conhecimento, bem como alguns outros Vereadores, assim como os moradores de lá, o Juvenil que sempre tem ido lá. E, como eu também tenho uma preocupação - talvez até maior do que todos - porque lá eu habitei e morei por quarenta anos, agora esse ano que eu tive que mudar pra cá por questões familiares. A gente está muito preocupado com essa questão e, por isso, até amanhã estarei indo lá junto com o Executivo do nosso município para tomar uma providência. Já me foi, pelo menos prometido, porque também não se pode estar em todas as partes ao mesmo tempo e estamos também ali com um problema muito sério na Região do Sertãozinho, do Corgo Fundo, as patrulas que tem lá, estão lá. E eu pedi para o Prefeito que nós precisamos tomar uma providência enérgica lá. E eu vou com ele para nós providenciarmos, ou pelo menos, levar a pedra suficiente para cascalhar as ruas principais, isto é, aquelas que têm erosão e isso ele prometeu. Então, a gente vai lá. E, também, estão fazendo um levantamento na questão da água pluvial. E essa eu acho mais difícil por que é um Projeto caro, mas que tem que ser feito, tem que ser encarado – vamos dizer assim - tem que ter determinação de ser feito. E eu tenho que falar nesse momento, lhe darei mais tempo depois, por que é uma questão diretamente deste Vereador. Então, às vezes as pessoas pensam assim ‘*não, mas o Vereador Presidente não se importa com a sua terrinha lá, a Pontinha do Cocho-MS*’, mas tenho me importado, e muito. Eu tenho pedido e ido ao Secretário de Obras constantemente. Eu tenho ido ao Prefeito Municipal, mas não só pela Pontinha do Cocho-MS, como por todas essas outras estradas que Vossa Excelência fez referência, o Vereador Lellis também tem contribuído, todos os Vereadores têm contribuído com pedidos, inclusive, o Vereador Juvenil Sapinho quando esteve aqui nessa Casa como Titular também recorreu muito a isso. E nós temos a esperança de que o Executivo vai nos atender lá na Pontinha do Cocho-MS muito brevemente porque é necessário. Aquele grito da população lá, Senhores Vereadores, é muito importante e necessário. O povo está cansado de esperar. De esperar por tantos anos. Não é por agora! É por muitos anos. Que aquilo lá não é de hoje. A Pontinha do Cocho-MS foi criada há muito tempo. Eu cheguei lá em setenta e cinco (1975) e ainda não tinha as ruas. Mas, logo em seguida, o Prefeito daquela época - o saudoso Joaquim Rosa - mandou lotear, Nobre Vereador, o patrimônio da Pontinha do Cocho-MS e já foram abertas as ruas. E desde essa época nós sofremos com aqueles problemas lá. Então, não é um problema de agora, mas é um problema que precisa ser solucionado. Nós precisamos dar uma resposta. E eu acredito que o Executivo tem que dar essa resposta para nós imediatamente, pelo menos, dentro desses próximos quinze a vinte dias. Obrigado pelo Aparte”. **Ver. Pedrinho Cabelereiro** – “Na realidade o povo está cansado, Senhor Presidente, de promessas vazias. Então, veja você: está vencendo o prazo, igual ele falou em Redes Sociais, na nossa FM, na Rádio, que em trinta dias iria se começar lá a fazer as redes fluviais, com cascalhamentos.





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

Esperamos que isso venha acontecer - igual Vossa Excelência acabou de citar aí, de mencionar – que amanhã vai estar indo lá junto com o senhor prefeito, salvo me engano. Então, é que o senhor cobre - também deles - já que o senhor é o grande defensor daquela região, daquele patrimônio. E eu também estou aqui fazendo a minha função, como a Dra. Márcia cobra, como o Vereador Juvenil cobrava e os demais companheiros aqui. E, é uma cobrança nossa e é uma promessa dele, pois espero que não seja uma promessa vazia. Veja: Vila Industrial, estive lá domingo, Vereador Ronnie Sandro, e Vossa Excelência é um dos que mais transita por ali, ou seja, o pessoal diz que é o Vereador que mais se vê ali, mas eu sempre tenho andado por ali também. E vejo as ruas no descaso. E nós estamos aqui mais uma vez cobrando o quê? Pelo menos a limpeza e o cascalhamento, uma coisa básica, para dar tranquilidade e comodidade para aquelas pessoas ali. É um pedido pequeno que já faz quase dezesseis meses. E, então, o certo é cobrar. E eles estão aí, Senhor presidente, em Redes Sociais acompanhando o trabalho de cada Vereador. É que nem eu falo e sempre falo aqui nesta Tribuna: *'eu não estou aqui para falar bonitinho, não; estou para defender o interesse da nossa população'*. E eu vejo aí e, agora, fico mais satisfeito – até perguntei para o Secretário aqui, o Fernando - quero até agradecer a presença dele por comparecer nesta Casa, dar esclarecimentos sobre o Empenho de vinte e pouco mil lá no Salão Paroquial. E espero que a obra venha acontecer. Veja você: lá está largado, está anestesiado, senhor Secretário. E o povo nos cobra. Veja você: hoje sermos Vereadores não é fácil, não. A população esta em cima e está certo deles. Nós quisemos esta missão. Às vezes, eu até falo aqui nesta tribuna, coisas que ofende os senhores Secretários, o senhor Prefeito, enfim, quem trabalha ali no Executivo. Mas o povo nos questiona. O povo provoca a situação e nós não podemos nos furtar. Não podemos nos omitir. Não é, Senhor Presidente? Temos que brigar para que as coisas venham a acontecer e a gente torce. Aqui ninguém é contra a Administração Pública. Aqui ninguém é contra o senhor Prefeito. Inclusive, tem até um trânsito bom com o senhor Prefeito e, inclusive, vou até falar uma coisa para o senhor, Senhor Presidente, sobre o andamento - inclusive eu e a Vereadora Dra. Márcia, a qual eu sou Presidente - amanhã está o advogado aí, até para esclarecer pessoal em Redes Sociais que nos acompanham, que nós estamos trabalhando. Agora, a gente não tem como pegar o Processo cedo e executar à tarde. Não tem como. Tem um trâmite legal e nós não podemos extrapolar as leis. Depois eu quero que até Vossa Excelência, Vereadora Dra. Márcia, explane algo neste sentido. Porque a população nos cobra, a população quer uma resposta e nós vamos dar. Inclusive, eu acredito que o Requerimento de Vossa Excelência, Vereadora - tem um Aparte - se finda, acho que na próxima terça-feira”. **Ver^a. Dr^a. Márcia** – “Ainda tem um tempo para o Aparte, Presidente? Tenho esse tempo?”. **Presidente** – **Ver. Almir Ávila** – “Eu vou conceder o tempo”. **Ver. Pedrinho Cabeleireiro** – “Tomou três minutos do meu tempo”. **Ver^a. Dr^a. Márcia** – “Excelentíssimo Vereador, nós fazemos parte, estamos em duas Comissões: a Comissão Parlamentar de Inquérito que trata do pagamento à Empresa Everaldo Amorim e, também, na Comissão Processante. O Vereador Pedrinho é o Presidente, esta Vereadora é a Relatora e o Vereador Antônio Borracheiro. Quero informar à população que essas Comissões - e eu vou dizer bastante a parte da Relatoria - é uma das funções que mais exige. Porque você tem que estar, este Processo das nossas Comissões, ele está hoje exatamente cumprindo rigorosamente todos os prazos. Fizemos todas as notificações, recebemos a defesa prévia, proporcionamos todos os prazos legais para a defesa amplamente ter seu direito ali assegurado, para que não cause nenhuma nulidade, posteriormente. Então, estamos trabalhando com muita seriedade, com muita eficiência, conforme determina a lei. Todas as duas Comissões, elas estão andando rigorosamente dentro do prazo e obedecendo toda a legalidade conforme a lei para que a população, bem como para





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

que esta Casa possa dar esta resposta à população. Lembrando que as CPIs, nós temos a função de averiguar se houve um fato e se o fato ele é uma Improbidade Administrativa. E estaremos encaminhando para as autoridades competentes ali para que as tomadas de decisões sejam tomadas. E a Processante, também, tem seu trâmite e que tudo passará à apreciação deste Plenário aqui. Isto é a democracia. Aqui se realiza a democracia. Porque o Colendo Plenário é soberano. Tantos aí, já assistimos, que muitas vezes esse Colendo Plenário não satisfaz até o anseio da população como já assistimos aqui em uma gestão passada. Mas é assim que funciona a democracia e nós respeitaremos, rigorosamente, e tomaremos todas as decisões e as ações que são necessárias para bem cumprimento desse dever de Vereadores. Obrigada”. **Ver. Pedrinho Cabeleireiro** – “E aproveitar e deixar registrado, também, que igual a mim que converso com o senhor Prefeito, deixar bem claro para quem nos acompanha através Redes Sociais, a plateia aqui, o nosso público: que isso não muda, não muda, se ele estiver errado vai ser penalizado por esse Vereador. Isso vocês podem ter certeza. Eu não vou compactuar com coisa errada, desde que: esteja errado. Se estiver correto, provar para nós - estamos nas oitivas, não é, Vereadora? - Agora nós vamos ouvir as testemunhas e comprovar que ele está correto. Aí vai ter o voto da maneira que tem. Agora, se estiver errado, vocês podem ter certeza, irmãos – falar que nem o Vereador Hugo Bomfim fala: ‘a caneta vai comer, a caneta está cheia de tinta’-. Então, Senhor Presidente, inclusive, quero falar sobre a Vila São Miguel. Inclusive, Vossa Excelência estava comigo hoje e nós vemos as margens dos rios, os tapas buracos não vêm acontecendo. E que na Vila Industrial mesmo - já estou dando um repasse no nosso Camapuã-MS - em frente ao Joãozinho não tem condições. Lá o pessoal quer plantar árvore já, querem plantar bananeira. E a gente espera aí do Poder Público que acelere para que as coisas venham a acontecer. É difícil para nós Vereadores - e a população cobrando - e eles cobram com razão. Às vezes eles acham que nós Vereadores não estamos brigando. E nós estamos brigando, sim, pela coletividade deles. Eu não me furto. Estou aqui falando agora, e espero que aconteça essa reforma no Salão da Vila Industrial. Veja você: ali não tem questão de falar, de ficar com *mimimi*; falar que (...) aquilo lá não é escola. Então, fazer uma reforma na escola, então, vamos fazer no Salão Comunitário lá que está abandonado. Então, Senhor Presidente, são estes os meus questionamentos. Quero aqui agradecer a presença de todos. E dizer, que nós estamos focados e a população pode ter certeza que no prazo aí do, eu salvo me engano, a nossa Comissão está prestes a encerrar, a CPI, da confissão de dívida. Já estávamos ouvindo esta semana duas testemunhas e, na próxima semana, e depois vamos fazer o Relatório Final. Então, a população fica ciente aí que as coisas estão andando. E, amanhã, o advogado já vai estar aqui acompanhando o nosso trabalho e nos ajudando em nossas...” [sem áudio] e amanhã já vai estar, o advogado ganhou a licitação, acompanhando os nossos trabalhos e nos ajudando nas investigações, bem como dando os Pareceres que nós necessitamos. E dizer aos senhores Vereadores quanto ao comércio: acredito que Vossas Excelências entenderam bem. Que é a questão do quê? Do comércio local. Estipulando o horário, modificando da meia-noite para as duas da manhã, ao meio de semana, e ao final de semana de duas às três horas da manhã. São estas minhas palavras”. **Presidente – Vereador Almir Ávila** – “Pela Ordem de Inscrição está com a palavra o Excelentíssimo Vereador Ronnie Sandro”. **Ver. Ronnie Sandro** – Que após as saudações iniciais, disse: “Eu quero dizer a Vossa Excelência, Vereador Pedrinho, que estou de acordo. Votarei, sim, contigo. Acredito que todos os Vereadores nessa lei aí que envolve o comércio. Porque a gente vê que está fechando muito cedo. Precisamos de mais um tempo para que eles possam arrecadar mais. E o que é melhor para o nosso comércio é melhor para o nosso município e é melhor para nós também. E... com certeza”. **Ver.**





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

Pedrinho Cabeleireiro – “Vossa Excelência me concede um Aparte? Só para deixar registrado para Vossa Excelência e para a plateia que a multa é equivalente a quatro mil reais (R\$ 4.000,00). Agora pensa: esses dias, um cidadão, o CABRITO, levou uma multa de quatro mil reais. Agora, como que o cidadão que precisa trabalhar para sobreviver (...). Veja você: ele tem quinze filhos. Pensa: como ele vai dar o sustento para sua família pagando uma multa de quatro mil reais? Então, a gente está aqui brigando pelo quê? Pelo nosso comércio local. E obrigado pelo apoio. Inclusive, conversei com o Vereador Aloizio Targino que também apoia o nosso Projeto, pois é o Projeto do povo. Não é do Vereador, não. Até porque - amanhã ou depois - nós vamos sair e o Projeto vai ficar”. **Ver. Ronnie Sandro** – “Obrigado, Vereador. Isso é em benefício da população, dos comerciantes. A gente sabe e agradece. A outra, foi questionado aqui pelo Vereador Pedrinho a respeito da Vila Industrial. Eu já vi, também, em grupos de Whatsapp muitas coisas. Eles falam: “*O vereador Ronnie Sandro passa todo dia aqui, passa por cima dos buracos e não tampa esses buracos. Ah, o vereador está vendo a sujeira aí e não toma providências*”. Mas o Vereador tem pedido e, eu tenho em quase toda Sessão, eu peço alguma coisa para Vila Industrial. Só que a população tem que entender que nem o Vereador Ronnie Sandro e nenhum Vereador desse aqui faz. Ele pede, aprova, fiscaliza. Quem faz é o Executivo e a gente está pedindo. O Vereador Ronnie Sandro não pode ir lá e tampar um buraco. Ele não tem esta autonomia. Mas, tem a de cobrar. Quero dizer ao povo da Vila Industrial e de outros lugares que - não só o Vereador Ronnie Sandro, mas todos esses Vereadores aqui - têm trabalhado, tem cobrado, cada um da sua maneira. Mas, tem preocupação com o município. Eu gostaria também de aproveitar e fazer uma cobrança aqui ao prefeito Delano, ao Secretário, a respeito da Vila Belo Horizonte. A Vila Belo Horizonte está em uma situação bem precária com as ruas todas danificadas, tem ruas lá que quase não está dando para passar os veículos. Então, a gente pede uma atenção especial aí do senhor Prefeito com a Vila Belo Horizonte para que possa ali fazer um cascalhamento, uma manutenção naquela Vila. E, apesar de que no ano passado, nós nem fizemos o cascalhamento ali, ficamos devendo pra Vila. Então, a gente está cobrando em nome daquela população uma recuperação daquelas ruas ali. Eu gostaria, também, de fazer um agradecimento ao prefeito Delano, ao Secretário Wilson Catarino da Costa e ao Bugue que está aí encarando, arrumando nossas ruas, trabalhando com o maquinário. É um agradecimento ao cascalhamento da Rua Antônio Pereira que a gente pediu a ele, inclusive, fiz uma Indicação aqui nesta Câmara e fomos atendidos. A gente cobra, mas tem que agradecer também. Então, eu gostaria de fazer esse agradecimento. O serviço que foi feito lá e ficou bem feito. E gostaria, também, de fazer um agradecimento ao Bugue, ao Prefeito. A Travessa Ipiranga, ou seja, ali na Vila João Leite de Barro que as pessoas que moram ali nessa rua, nessa Travessa - a Ipiranga - dizem que quando chovia não tinha condição nem de sair de suas casas com os carros. E, hoje, eu estive lá cobrando o Bugue, o Prefeito e foi feito o serviço, inclusive, de boa qualidade. Estou aqui, também, fazendo este agradecimento. Eu gostaria também de fazer um agradecimento à Secretaria Lilian - da Saúde - que nós a cobramos, temos cobrado e, inclusive, quando o Vereador Chitão estava de Secretário também estava cobrando, isto é, da coleta de sangue no PSF da Vila Industrial. E, agora, está sendo feito às terças-feiras e às quintas-feiras. Então, este Vereador tem cobrado e foi atendido em nome o povo da Vila Industrial. Gostaria de fazer este agradecimento, pois é de coração. Então, são estas minhas palavras. Estamos aqui para agradecer. Estamos aqui para cobrar e estamos aqui para trabalhar em benefício da população. Obrigado”.

Presidente – Vereador Almir Ávila – “Pela Ordem de Inscrição esta com a palavra o Excelentíssimo Vereador Aloizio Targino”. **Ver. Aloizio Targino** – Que após as saudações iniciais, disse: “Senhor





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

Presidente, prometo ser breve hoje até pelo tempo que a gente já utilizou fazendo aí as perguntas ao Secretário que, prontamente, nos atendeu. Aproveitar, Secretário, para dizer que muitas vezes a gente acaba sendo um pouco rígido, duro nas palavras. Não hoje, assim, mas frequentemente já fiz questão de frisar isso. Repito: e para nós também não é confortável, muitas vezes, adotar uma postura um pouco mais rígida, um pouco mais forte. Mas me vejo na obrigação, principalmente, daqueles fatos que são contrários aos nossos entendimentos em relação à Administração, em relação às prioridades adotadas. Não é confortável, mas a gente faz questão de deixar claro, como eu já coloquei algumas vezes para o Vereador Antônio e que, talvez, seja o que mais sofre nesta Casa com as nossas cobranças. Ou seja: que a nossa cobrança é estritamente de cunho administrativo, de cunho da nossa função aqui. E a gente deixa claro: a parte pessoal para todos aqueles que sentem ou possam vir a se sentir ofendido de alguma forma aí, a gente muitas vezes escuta comentários distorcidos, maldosos, a gente faz questão de frisar isto. Acho que a vida é curta demais pra gente, em quatro anos aqui, ficar arrumando inimigos, desafetos. Então, eu faço questão de deixar isto bem claro. Mas, como tenho feito e hoje mesmo fiz questão de colocar, achei que era pertinente ao caso dos veículos, Essa que é - dentro daquilo que eu acabei de dizer - prioridades. Não sou um especialista em Administração Pública apesar de ter curso de Administração - é totalmente diferente - não tenho experiência de servidor público, por exemplo. Mas o que a gente observa e, dentro da função legislativa, confesso que tenho discordado de várias prioridades adotadas pelo senhor Prefeito, a sua equipe. Faço questão de colocar aqui, expor a minha opinião. Essa questão dos veículos: a gente tem visto, teve faltas, perdas de algumas ambulâncias devido aos acidentes, por exemplo, outros veículos. A gente tem visto cobrança, por exemplo, lá da Pontinha do Cocho-MS quando ficou sem o veículo. Várias cobranças nesse sentido ao passo que a gente acompanha vários veículos à disposição do Prefeito, do Secretário e de outras pessoas da equipe. E é a dúvida. É questionamento que eu trago. Será que tendo, não poderia suprir essa necessidade ali? A gente foi bem esclarecido que isso é o Secretário. Eu concordo que é o Secretário que vai dizer se necessita ou não. Eu coloco a minha visão aqui, de fora. Eu acho que, talvez, a gente não deveria (...) por exemplo, no ano passado nosso município chegou ao ponto de solicitar emprestada para município vizinho uma ambulância por conta de um contrato de aluguel de veículos. Será que não foi levantada essa questão?”. **APARTE solicitado pelo Vereador Lellis Ferreira da Silva** que lhe foi concedido. **Ver. Lellis Ferreira da Silva** – “E foi em nosso município um fato que aconteceu e, este, acredito que com uns trinta dias, houve até um acidente com vítimas, Vereador. Vítimas, essas, que estavam vindo de Campo Grande-MS trazendo uns pacientes de hemodiálise. Uma pessoa que eu sei, que é minha conhecida, ela quebrou uma costela, tinha uma criança, um idoso fora o motorista. E o risco dessas pessoas que estão circulando nesses veículos? E a manutenção? Será que tem manutenção? É uma dúvida de nós Vereadores com a população, com o atendimento à população e, diante disso, a gente vê locação, locação e locação. E a população como é que fica? Muito obrigado pelo Aparte”. **Ver. Aloizio Targino** – “Eu que agradeço, Nobre Vereador. E aproveito essa parte das locações, Vereador Lellis, para colocar outro ponto dentro da minha visão que eu tento deixar bem claro - e acredito que tenho sido desde o início do mandato - não tive nenhuma mudança de postura desde o início e não terei, pode ter certeza. Algumas pessoas, por maldade, muitas vezes colocam ‘ah, será que vai ser assim...’, mas quem acompanha, até hoje comentando com o Orlando ali que talvez seja o que mais tem presenciado as nossas reuniões, tem outras pessoas como o senhor Adão que tem vindo bastante, o senhor Ananias, vários aqui que acompanham, o senhor Homero; as pessoas que estão frequentando todas as Sessões e





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

tem muitos outros aqui que se fazem presentes, praticamente, em todas e podem acompanhar o posicionamento. É uma preocupação nossa de manter a retidão. E dentro desta preocupação, Vereador Lellis eu discordo, por exemplo: no início do mandato nós tivemos aí o Decreto, uma situação – não me lembro do termo exato - de emergência, principalmente, sobre a forma que o município foi encontrado, sobre a questão financeira, entre outros argumentos, mas muito em função que estava pegando o município em péssimas condições. Agora eu pergunto: você assume um município em péssimas condições e com poucos meses você já vai e loca veículos pra estar à disposição de Secretários e Prefeito? Poucos meses depois - uns seis meses, por exemplo -. Aí eu duvido. Eu começo a ter dúvidas. Qual a necessidade, por exemplo, desse Decreto? Um município que esta em situação de emergência poucos meses depois vai contratar locação de veículos? A gente tem visto dentro desse mesmo contrato e a gente tem se debruçado nele, até por isso fiz um questionamento - que o Secretário foi sincero dizendo que é algo técnico, que pode estar verificando e que outras empresas que participaram não questionaram-. Porque a gente tem fiscalizado, assim como o Dr. Hugo fez, agradeço a prontidão do Secretário Fernando que sempre forneceu o que a gente solicitou. Mas dentro desse mesmo Processo, Doutor, tem como eu disse lá: agências de viagens, pagamento de hotéis, pagamento de passagens. A gente tem visto valores ali - que eu falo para os senhores - me chama a atenção como foi no caso do aniversário da cidade no ano passado. Em outra oportunidade nós vamos abordar este tema, mas é um valor muito alto, gastos com hospedagens dentro do município. A gente não coloca aqui - como eu disse lá no começo - para denegrir, para dizer (...) a gente faz questão de trazer para o público, para que Vossas Excelências também nos ajudem a fiscalizar. Somos muito bem pagos para fiscalizar e temos feito, Vereador Lellis, eu acho que de uma forma - a contento - no que se espera no tocante à fiscalização desse Legislativo. Mas, é impossível dizer que o Vereador Lellis vai dar conta de analisar tudo que acontece lá na Prefeitura. O Vereador Hugo Bomfim – o Vereador é um exemplo deste Processo dos maquinários - pois ficou pelo menos três a quatro meses ali até de madrugada para poder ser o mais correto possível dentro da sua análise. E assim é. A gente tem feito o nosso papel de fiscalizador, pois até me dou o direito de não fazer tantas Indicações justamente por isso. Porque a gente tem adotado uma postura um pouco mais para esta parte de fiscalização - não que não faço - até proveito, não me sinto desconfortável, pelo contrário, me sinto mais confortável para agradecer do que para criticar. É como o Vereador Ronnie Sandro fez. Também, recentemente, dentre as poucas Indicações que faço, posso citar aqui a Rua Sudalydio Machado e a Rua Antônio Machado que recentemente foram recuperadas, uma Indicação que fizemos esse ano. Teve a questão do Poliesportivo que teve uma limpeza. Pela situação que se encontra, tenho falado em todas as Sessões, é muito pouco ainda. É porque não teve reparo nenhum, a questão da areia que a gente cobra, fez a limpeza e ficaram muitos entulhos lá. Mas, a gente viu que tem a disposição de atender. Senhor Presidente, até para concluir - os cinco minutos - mas acho que não vou precisar de todo ele. Então, é isso. E uma preocupação nossa, é quanto a todas as cobranças, tudo que entra nesta Casa, a gente tem visto aí que têm Comissões trabalhando. Apesar de não estar em nenhuma delas a gente tem deixado claro a nossa preocupação de que tudo que deve, isto é, seja analisado com cuidado. Muitas vezes eu até, Senhor Presidente, sou um pouco chato levantando algumas Questões de Ordens em alguns casos. Porque pelo anseio e eu sei que é a preocupação de Vossa Excelência, também, de que as coisas aconteçam da forma correta. Eu não vou deixar de levantar Questão de Ordem quando achar dentro daquilo que eu estudei, dentro daquilo que eu estou estudando, achar que é diferente, pois já me posicionei várias vezes. A gente





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

vai continuar fazendo porque - como de todos os senhores - é a nossa preocupação. A minha preocupação aqui não é outra a não ser contribuir que seja de forma de fiscalizador, mas contribuir para o município. Tenho dito assim: não é preocupação deste Vereador pensar em reeleição. Até a postura que eu tenho adotado, se a gente for observar pela questão eleitoral, seria a mais – me perdoem a palavra – mas a mais burra possível. Ora, muitas das cobranças que a gente faz aqui pensando no município, ela vai estar prejudicando uma pessoa ali fora que, muitas vezes, até votou na gente. A gente faz uma cobrança aqui, por exemplo, Vereador Lellis *'ah, a questão é que estão gastando muito, a Prefeitura está com a Folha inchada'*, por exemplo. Ninguém aqui está pedindo para demitir ninguém. A gente tem colocado que a Folha está alta. Aí vai e demiti uma quantidade *"ó, Vereador Lellis, você cobrou lá que estava alta; a gente está demitindo porque o Vereador cobrou"*. Aí você sai *"Poxa, Vereador... eu estava trabalhando lá, tem minha família para sustentar"*. A gente corre este risco quando colocamos de forma prioritária o município. A gente corre o risco e acaba pagando por, muitas vezes, agradar pessoalmente muitos moradores do nosso município. E, para finalizar, hoje um morador estava falando: *"ué, vereador"* - um morador da Vila lá do Cristo – *"Vereador, vocês estão fiscalizando, criando essas Comissões aí, parece que o Prefeito até começou a fazer algumas coisinhas na cidade; a gente tem visto"*. Porque são coisas que, Vereador Ronnie, muitas vezes você, o nobre colega e outros cobraram, por exemplo: a Vila, o Jardim São Bento, questão das ruas que foi lá na região do Bairro Alto. São cobranças. Todas as Sessões são feitas aqui e, como foram atendidas e está nesse momento de fiscalização, vamos dizer assim, de investigações, a população assemelha. Será que é porque (...) daí esse morador comentou e, Presidente, professor, eu também tive a experiência de estar em sala de aula e foi bem pertinente. Me lembra daqueles alunos, Senhor Presidente, que passam os três primeiros bimestres sem compromisso nenhum, sem preocupar com provas. E chega ao último bimestre, a hora que ele vê que as notas dele talvez não vão ser suficientes, aí ele começa a perguntar, ser um bom aluno, perguntar para o professor de que forma tem que ser, estudar para as provas. Este Vereador fez essa analogia aí, e eu achei pertinente, principalmente por já ter passado um tempo em sala de aula como professor. Do mais, agradeço a presença de todos. Uma boa noite". **Presidente – Vereador Almir Ávila** – Que após as saudações iniciais, disse: "Em primeiro lugar, quero aqui agradecer a presença do ex-vereador Donino que se faz presente nesta Casa de Leis hoje, os presidentes de Partidos, o Ex-vereador Juarez Pereira estava até o momento aqui, o Vereador Juvenil Sapinho que se fez presente e senhores, enfim, agradecer também a vinda do senhor Secretário, hoje Secretário de Governo, o Fernando, meu amigo e sempre será bem vindo a esta Casa de Leis, tanto para proferir alguma palavra quando convidado pelos senhores Vereadores ou quanto da sua presença para nos ouvir aqui. Registrar aqui também a presença do Empresário Adão da Agrosolo com o qual eu tive o prazer outro dia de estar trocando algumas ideias sobre o desenvolvimento Rural do nosso município. Mas eu queria começar esta minha fala aqui, Senhor Presidente, que quando nós assumimos a gente prometeu aqui manter, defender e cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Lei Orgânica do nosso município e as demais leis além de promover o bem geral do povo camapuanense e sustentar a integridade e a independência do nosso município. E por que estou dizendo isso? Porque este Vereador, hoje na Presidência da Casa, ele não pode descumprir – e nenhum de nós pode descumprir – esse juramento porque nós fomos eleitos para cumprir isso daqui. Então, às vezes as pessoas nos cobram pelas Redes Sociais coisas que não são, às vezes, pensadas. Embora todos tenham o dever de conhecer as leis a gente sabe que comumente – e elas são muitas – nem todo cidadão





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

conhece todas as leis. Mas para dizer aos senhores que este Presidente tem sido colocado a estudar, juntamente com a nossa Assessoria Jurídica, pois temos aqui dois advogados me assessorando, a Dra. Geovana Cabral de Vasconcelos que é a Controladora Interna desta Casa para não me deixar errar na Administração, na Gestão e o Dr. Eduarte Lima para não me deixar errar, também quando a gente está interpretando as leis que regem o nosso trabalho aqui. E é isso que eu quero dizer àqueles que estão assim, talvez um pouco acelerados, angustiados, pelo o que está sendo feito no procedimento dessa Comissão Processante e das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) que estão sendo conduzidas nesta Casa de Leis. Eu tomei a precaução de fazer tudo de acordo com o que diz a legislação. E, por isso que eu quero dizer aqui à população de Camapuã-MS: o dia de julgar o Prefeito, se assim for necessário, chegará tanto pelas Comissões Parlamentares de Inquérito quanto pela Comissão Processante. Se o Prefeito for inocente será inocentado com certeza e, se tiver dívida, poderá ser culpado. Quero dizer e ressaltar: esta Casa não é casa de juiz de carreira. Esta é uma Casa que quando vai julgar um relatório de uma Comissão Processante, por exemplo, ela é uma Casa de julgadores políticos. E isso tem que ser entendido pela população. É político-administrativo aquilo que vai ser julgado por esta Casa de Leis. Mas isso só será feito dentro - e em conformidade - com a legislação. As Comissões estão andando e o Presidente – aquilo que ele poderia fazer nesse sentido – o fez, ou seja, que foi: encaminhar, constituir as Comissões como assim o foram. E, agora, nós temos que aguardar os prazos. Os prazos são de cinco dias úteis para isso, dez dias úteis para aquilo. E a Comissão Processante tem noventa dias de prazo para examinar e terminar o seu relatório. E as Comissões de Inquérito têm cento e vinte (120) dias e com possibilidade até de mais cento e vinte (120) dias. É assim que funciona. A nossa legislação diz, por exemplo, que nós não podemos ter mais do que três Comissões aqui. E aí as pessoas ficam a nos julgar em Redes Sociais por que nós não tomamos nenhuma iniciativa quanto à Denúncia feita contra o Vereador Chitão nesta Casa. Nem outra Comissão nós não podemos montar nesse momento, mas eu encaminhei a nossa Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final - que é a Comissão que vai dizer se aquela denúncia é constitucional ou não - e que vai dar o seu Parecer. E aí nós vamos votar pela aceitabilidade ou não da Denúncia. E essa aceitabilidade terá que passar nesta Casa, no mínimo, por seis (6) votos. Se não tiver seis votos não passa e será arquivada. E dizer mais: o Parecer não tem nada a ver com a aceitabilidade. O Parecer da Comissão vai ser, simplesmente, para nos dizer se nós vamos votar a aceitabilidade da Denúncia ou não. Então, isso tem que ficar claro para a população e nós estamos fazendo de forma corretíssima, procurando os meios mais legais possíveis para que não deixe nenhuma dúvida. E que nós não façamos em nenhum momento o cerceamento da defesa daqueles que estão aqui sendo investigados. Isso nós não podemos fazer. É dever desta Casa de Leis de dar a ampla defesa a tudo aquilo que for aqui. Hoje é um, amanhã poderá ser eu, ou outro, como às vezes uma pessoa comum é processada até inocentemente. Hoje ainda ouvi o Ministro Gilmar Mendes falando - que muita gente não gosta dele – mas achei importante ele dizer que em nossos cárceres, da nossa República, muitos mil estão presos, às vezes, indevidamente nas cadeias. Isso porque ele participou de uma Comissão que fez todo esse levantamento. Gente com doze (12) anos na cadeia, inocente. Não foi nem julgado. Então, para os senhores terem uma ideia que não é fácil ter tudo ao pé da letra. Mas aqui nesta Casa nós tentaremos fazer dessa forma. Dizer aos senhores que nós estamos atentos ao Decreto-Lei nº 201, ao nosso Regimento, a nossa Constituição e à Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como a todas as leis pertinentes que determinam qualquer coisa relacionada aos casos que estão sendo tratados. Dizer que nós não temos ódio. Não existe isso em nosso coração. Nós aqui estamos para fazer as coisas com





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

decência com tranquilidade, com seriedade e impessoalidade. Nós não podemos (...) tem muita gente falando: *'mas, e o voto do Presidente?'*. O que importa o voto do Presidente? O que importa é aquilo que a Comissão vai apurar. Isso é o que importa para nós. Vamos ver o que as Comissões vão apurar. O voto é uma coisa que vai ser lá no final, isto é, consequência daquilo que for apurado pelas Comissões. E isso eu creio que todos os Vereadores pensam dessa forma. Mas voltando agora à realidade nossa. E eu estive no Figueirão-MS ontem à noite, participei das Sessões lá, e vi também a ansiedade dos vereadores daquele município em querer que a cidade esteja bem. Uns dizendo eu está maravilhosamente bem e outros têm dúvidas sobre a questão se está ou não. Mas, enfim, o que eu pude observar nessa minha ida ao Figueirão-MS? que a nossa estrada que demanda aqui, principalmente, até a Pontinha do Cocho-MS já não tem mais condições. E eu soube e, gostaria inclusive, Vereador Antônio Borracheiro, o senhor que é do Partido do governo do Estado, do PSDB – de saber se a informação que eu tive é correta ou não. Disseram-me que a Empresa Sete, não sei o que lá, vias de (...) e que faz o serviço, inclusive, estão fazendo um serviço de pintura, Vereador Hugo Bomfim, que não serve de base. A primeira chuva que deu já descascou tudo nos meios-fios da estrada. E os buracos, outro dia eles taparam uns quatro ou cinco aqui em cima e mais uns lá. E a gente acaba pensando que fizeram o tapa-buraco da estrada e, de repente, arrebenta todo o carro porque você passa em uns que estão tapados e encontra todos os outros abertos. E está, olha, se a nossa cidade – aqui os Nobres Vereadores falaram que está difícil – essa estrada está impossível. Impossível. E disse que essa Empresa é para tampar os buracos e que ganha por mês para isso. Então, é isso que nós temos que tomar conhecimento até porque se for verdade nós precisamos cobrar essa Empresa. Porque daí, talvez, nem seja culpa do governo; se ele contrata a Empresa. Aí vai ser culpa do fiscal porque eu sei que tem um Engenheiro da Agesul que fiscaliza isso aí. Então, tem que ver se está sendo fiscalizado esse trabalho. Aqui onde eles começaram estão fazendo o serviço, respeitamos essa parte aqui entre o Saltinho e o Barreiro que está sendo feito o serviço pela Empresa Transenge. Então, tudo bem. Não estou falando desse trecho. Estou falando do restante da outra via. Está impossível de passar. Então, nós precisamos tomar conhecimento se essa Empresa, realmente, está contratada para fazer o serviço de tapa-buraco. Porque se tiver ela tem que ser denunciada. Porque é impossível a gente aceitar o que está acontecendo nessa rodovia. Adão, eu gostaria aqui de passar aqui de público a minha opinião - e essa é a minha como disse aqui o Nobre Vereador Aloizio Targino - sobre as estradas. O nosso município precisa alavancar ao desenvolvimento na área rural do nosso município; e eu estou falando das estradas rurais. E nós sabemos que algumas estradas podem conduzir muitos dos senhores produtores de nossa cidade a estarem fazendo diversidade de plantio de soja, plantio de outras coisas a não ser só o gado. Então, eu queria levantar a ideia, inclusive Nobre Vereador Antônio Borracheiro, para ser levado ao Executivo de priorizar, pelo menos uma por ano e fazer, no mínimo, trinta a cinquenta quilômetros cascalhados e com possibilidade das carretas entrarem com o adubo, com o insumo e, principalmente, nessa que tem áreas de plantio de soja. Nós não estamos dizendo aqui que não tem que arrumar as outras, mas vamos priorizar uma por ano. Eu acho que o nosso Secretário Fernando Furtado Ribeiro comunga com essa ideia. Você vai priorizar uma por ano e o Prefeito que estiver, fizer de trinta a cinquenta quilômetros de estrada, esta por sua vez, bem cascalhada para fomentar o desenvolvimento da produção agrícola em nosso município, em oito anos nós vamos estar com as estradas bem cascalhadas. Agora, tem que priorizar. Porque se nós continuarmos nessa ideia de que tem que fazer um pontinho aqui, outro lá, outro acolá nós vamos sempre conviver com essa (...) como é que diz o Nobre Vereador Pedrinho Cabeleireiro? Essa aberração em nosso





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

município. E não é só por conta da administração atual. É que eu acho que nós temos que tomar consciência de que nós temos que priorizar os serviços em nosso município, tanto os serviços de área rural como de outros também. Então, é isso eu gostaria de estar falando nessa Sessão Legislativa. Agradecer a todos os senhores que se fazem presentes e muito obrigado”. **Presidente – Ver. Almir Ávila** – “Pela Ordem de Inscrição está com a palavra o Excelentíssimo Vereador Antônio Borracheiro. Continuando, está com a palavra o Excelentíssimo Vereador Hugo Bomfim”. **Ver. Hugo Bomfim** – Que após as saudações iniciais, disse: “Eu gostaria hoje de focalizar um ponto que me parece, ainda, muito apropriado. Nós ouvimos aqui falar do asfalto da rodovia do Figueirão-MS que não está, que já acabou em alguns trechos, praticamente, e foi feito ontem. E nós estamos prestes a receber mais um asfalto em Camapuã-MS – pela notícia que temos do senhor Líder do Prefeito – que é lá no João de Barro. Eu gostaria de colocar alguns pontos aqui, Nobre Vereador Antônio Borracheiro, para evitar que este Prefeito – ainda no final do seu atual mandato – não tenha que ir lá tapar buraco. Porque hoje a gente está vendo que o pessoal faz um asfalto e, daí um ano ou dois, está lá tapando o buraco. Então, nós precisamos fazer asfalto mais duradouro, asfalto de qualidade. E nós devemos contestar isso é agora. Então, se for feito lá um tratamento superficial duplo essa casquinha de ovo que vivem colocando por aí – que é próprio dessas Emendas Parlamentares – sem preparar a base, sem preparar adequadamente a infraestrutura, nós vamos aumentar o tapa-buraco em Camapuã-MS. E é tão pequeno aquele asfalto lá - pelo o que eu ouvi aqui relatado - que é tão fácil de resolver. Vamos pegar as galerias de água pluvial, a rede de água, joga para a calçada – dos dois lados – para não precisar cortar o asfalto quando alguém tiver que ligar a água. Vamos colocar um laboratório de campo para analisar o solo, ou seja, para ver se não precisa ser substituído para formar uma nova base sobre base. Porque muita gente fica preocupado só com a capa, com o asfalto. Mas pode colocar uma chapa de aço, mas se a sub-base e a base não forem adequadas vai tudo embora. Então, isso se consegue com tecnologia. Então, não é chegar aí e fazer asfalto pra fazer comício, pra pedir voto. Se for assim nós vamos aumentar o tapa-buraco em Camapuã-MS nos próximos... não chega a dois anos. Que fique aqui registrado. Eu não tenho dúvida de que quando nós adotamos a postura – ainda quando postulamos ser Vereador – de que nós iríamos fiscalizar, que foi uma posição mais adequada. E nós dissemos na época que não tínhamos nenhum candidato e como isso foi adequado. Eu só fui lá conversar com o Fernando – hoje Secretário de Governo – sobre fiscalização. Eu não fui lá pra pedir emprego. Eu não fui lá pra fazer Indicação. Eu nunca fiz isso. Porque eu disse que iria fiscalizar e é o que vou fazer nos próximos quatro anos. Nunca vai mudar essa estratégia porque é esse o principal papel do Vereador. É fiscalizar. E olha: como ele vai ajudar ao município se ele fizer uma fiscalização responsável. Não é uma fiscalização ‘*olha, eu vou fiscalizar aí para tirar o prefeito, pra tirar o secretário*’, não, não. Você vai fiscalizar e o Prefeito – o Chefe do Executivo – ele deveria bater palmas se ele quer acertar. Por que ele quer ser o *certo* ou ele quer *acertar*? Quem quer *acertar* houve críticas e quem acha que é o *certo* não houve. E, quando nós fiscalizamos, o nosso objetivo é o bem-estar do município. E é isso que os Vereadores aqui fazem quando tem a Comissão Processante, quando têm as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). E, esclarecendo a população: aquela que nós presidimos já está procedendo e, nas próximas reuniões, a oitiva de testemunhas de defesa. Existe todo um ritual - como já disse aqui a Vereadora Márcia e outros Vereadores - que precisa ser atendido. E será atendido. Será garantido a todos o direito de defesa. É o mais sagrado dos direitos. Então, isso aí nós - ao final - chegaremos a uma conclusão e encaminharemos ao Plenário desta Casa que tomará a decisão soberana e encaminhará a quem achar que deve. Estas





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

palavras que nós estamos falando aqui não devem soar como uma advertência, mas devem soar como uma Profissão de Fé naquilo que nós estamos fazendo aqui. Porque queremos fazer o melhor para a nossa Camapuã. Muito obrigado a todos”. **Presidente – Ver. Almir Ávila** – “Pela Ordem de inscrição está com a palavra o Nobre Vereador Lellis Ferreira da Silva. Ainda pela Ordem de Inscrição está com a palavra a Nobre Vereadora Dra. Márcia”. **Ver^a. Dr^a. Márcia** – Que após as saudações iniciais, disse: “Dando continuidade aqui aos nossos trabalhos, ouvi atentamente o Secretário Fernando Furtado Ribeiro que veio aqui e prestou os esclarecimentos necessários. Como disse: *‘é a nossa função solicitar esses esclarecimentos e o instrumento que temos é o Requerimento’*. Quero dizer à população: estou Vereadora e dedico o meu tempo integral em advogar em prol de interesse da população de Camapuã-MS. Exerço essa função aqui plenamente em todos os quesitos. E exerço hoje, Senhor Presidente - e Vossa Excelência bem sabe disso – não tenho ninguém, assessor ligado ao meu gabinete. Não tenho, recorro aos funcionários concursados desta Casa. Então, eu faço as Indicações porque entendo que através das Indicações eu estou orientando e dizendo ao Gestor o que a população quer. Eu apresento as proposições porque é o meu dever e a minha obrigação de fazê-las. E eu faço, pessoalmente, cada uma. Os meus Projetos de Lei eu elaboro e estarei apresentando alguns e apresentando outros. Então, os Requerimentos que aqui apresento solicitando informações, esclarecimentos, estou fiscalizando. Temos aqui vários Processos e cada um tem o seu trabalho, a sua forma. E eu tento fazer todos com muita responsabilidade, com muito compromisso para atender aquilo que eu fui lá no palanque e falei que faria e estou fazendo. Isso pode ter certeza. Ao final dos quatro anos eu olho nos olhos de cada eleitor e digo *‘trabalhei, fiz, está aqui o meu trabalho’* e é onde eu coloco à apreciação e, assim, eu tenho certeza que todos. Passando desse momento de esclarecimento aqui das nossas funções, eu quero iniciar falando aqui sobre o importante momento que tivemos aqui que foi da Audiência Pública da LDO. Tivemos aqui no dia onze (11), esta Vereadora, eu estive aqui na Audiência Pública e apresentei todas as sugestões e Vossa Excelência recebeu. Isso aqui é um momento em que nós Vereadores e a população tem de dizer ao Prefeito para que ele possa pôr as nossas sugestões dentro do seu planejamento, dentro de uma lei maior que também será votada. Esta, também, é uma função de nós Vereadores e também a população, infelizmente, não participa. É um momento muito importante em que a população deve participar também. Também, ontem, estive em nosso município vizinho de São Gabriel do Oeste-MS participando de um jantar no Lions Clube. Eu fui a serviço e a pedido de nossa comunidade Kolping de Camapuã-MS e estamos solicitando a parceria com aquela entidade para desenvolvermos um Projeto que venha promover o desenvolvimento social e econômico do nosso município. E não tem como você ter um desenvolvimento econômico sem ter o desenvolvimento social. E nós temos que promover isso em nosso município, pois é uma preocupação muito grande. E foi muito bom. Naquele momento lá estava o Presidente da Câmara de Vereadores de São Gabriel do Oeste-MS, trocamos muitas palavras, experiências e fiquei contente em saber que hoje o município de São Gabriel do Oeste-MS está aprovando a lei lá que eles copiaram de nós, ou seja, da Família Acolhedora. Inclusive, eu quero saber como é que anda, depois Secretário, eu vou tratar desse assunto, desse Projeto da Família Acolhedora tão rico e importante e que nasceu aqui em nosso município. Também quero hoje fazer um agradecimento ao Fabiano da Sanesul. Por volta das sete horas da manhã o meu celular tocou – o qual eu não desligo – e era um munícipe *dizendo ‘vereadora, aqui na Rua Brasil esquina com a Rua Bonfim, João da Mota, está estourado um cano; está um mau cheiro, já pedimos para isso e para aquilo’* e os moradores naquele desespero e com razão. Eu falei *‘Pedro, calma, vou buscar a quem tem competência*





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

para fazer o serviço e, imediatamente – como a tecnologia nos ajuda, não é? – já mandei as fotos para o Fabiano; ele já viu onde estava o problema e já me responde aqui *‘vereadora, solucionado o problema’*, que às vezes aquela pessoa que tem a função de fazer e que pode ir lá atender, e ele nem ficou sabendo ainda daquele problema, Então, é assim que trabalhamos. Como disse, nós temos que estar atentos a todos os movimentos e a todos os seguimentos. Outra questão que eu quero abordar aqui também, já estarei encaminhando, tem um pedido aqui que é um problema muito sério ali na Rua dos Jesuítas com a Rua Antônio João. Então, ali também estarei encaminhando para a Sanesul e tenho certeza que já estarão lá atendendo. Amanhã, Presidente, Vossa Excelência estará indo ao Distrito da Pontinha do Cocho-MS com o Excelentíssimo Prefeito Delano Huber e tem uma solicitação lá do Chefe Distrital. É a questão de um trator, acho que é da Agraer e está lá parado há mais de trinta dias precisando só de manutenção. Então, uma máquina parada diante de tantos problemas ali é uma perda muito grande de serviços para a população. Então, Vossa Excelência já verifique essa questão lá fazendo um favor. Bom, falando, abordando esses assuntos, também vou falar do prazo do Requerimento que está dentro do prazo, população. Estivemos aqui na semana passada e foi encaminhado para a (...) saiu do Jurídico e agora foi para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. Então, esta Vereadora estará atenta e eu seria a primeira – se os tempos já tivessem extrapolados – a cobrar. E, no momento certo, estará tudo aqui sendo apreciado dentro da legalidade. Também, agora, quero falar aqui de uma questão, chamar a atenção da nossa população para tratar a política com mais seriedade e responsabilidade. Nesse final de semana três fatos me chamaram, assim, muita a atenção em nosso município através das Redes Sociais. E eu entendo que a política é o maior e o melhor instrumento transformador para o bem de uma nação. Embora tenha muita gente boa e que uma minoria denigre a nossa imagem, ou seja, daqueles que fazem uma política séria, com respeito, com competência. Então, nós temos que lutar muito por isso para mudar. Para mudar nós temos que começar a mudar a forma de se fazer política. A política tem que ser verdadeira, tem que ser com eficiência e tem que ser com responsabilidade. Assistimos nesse final de semana esse problema que temos lá no Distrito da Pontinha do Cocho-MS. E aí vimos ali pessoas postando *‘bom, eu tenho esse projeto, eu tenho aquele projeto’*, e é interessante a população apresentar as suas sugestões, mas o Gestor Público tem que saber que para se fazer um Projeto tem que ter a responsabilidade técnica para atuação naquela determinada função. Não basta eu pegar um Projeto aqui e copiar e lançar. Eu tenho que assinar a minha responsabilidade técnica ali assim como um advogado, isto é, ele faz uma Petição e ele registra lá a sua OAB. Não pode o Contador, por exemplo, ir lá e, assim, o Contador em sua função. Outra coisa que me chamou bastante a atenção, é: os nossos problemas locais têm que ser tratados aqui em nossa cidade por pessoas que aqui vivem, moram e trabalham. Nós não podemos ficar à mercê de instigação desse ou daquele, ou daquelas que às vezes estão à distância daqui. Todo o respeito à população, a Rede Social é boa, todo mundo tem que participar, tem que cobrar e eu não me importo. Mas eu quero que a cobrança seja, também, com respeito porque eu respeito a todos, nós respeitamos a todos. Da mesma forma ouvi tristemente pessoas dizendo *‘é, porque agora o ex-prefeito tem um projeto para o Distrito da Pontinha do Cocho-MS’*. Agora todo mundo tem Projeto. O ex-prefeito não ficou oito anos? E por que não apresentou o Projeto? Por que não fez? Nós não teremos outra oportunidade. Ou estamos – aqui e agora – e fazemos, pois não adianta amanhã ou depois sair daqui e falar *‘ah, mais eu sabia; eu tenho a solução’*, não. Faça o que você pode fazer por Camapuã-MS; faça agora. E nisso eu tenho a maior tranquilidade de olhar para cada um e dizer *‘aqui eu exerço plenamente essa função’* e estou à disposição de trabalhar em prol da coletividade. E a política, se a





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

pessoa for pensar ‘*olha, eu vou criticar esse ou aquele porque eu não gostei do que fez comigo*’ está errado. Você tem que criticar ou buscar sempre o interesse da coletividade e, aí sim, estaremos fazendo a verdadeira política. E a mensagem que eu quero deixar nesse momento aqui é justamente isso, ou seja, nós estamos numa fase em que precisamos transformar Camapuã-MS. E começamos a transformar desse modo: vamos trabalhar e fazer política em prol da coletividade. E é isso. Mais um registro aqui, Presidente, da vossa fala sobre a questão das estradas rurais. Eu tenho que discordar um pouco porque a nossa malha viária é muito grande. Então, se eu for fazer bem feito uma esse ano, uma no outro ano, vai ter uma que vai fechar, isto é, ninguém vai andar. Então, a minha sugestão ao Prefeito, é: faça um levantamento; olhe todas; veja os pontos críticos primeiro para dar acessibilidade em todas. E aí, sim, vem com essa prioridade. Bom, essa é uma sugestão dessa Vereadora da forma com que eu vejo. Porque é a minha função estar aqui e também oferecendo – não só cobrando – porque cobro, fiscalizo, proponho, apresento Projetos de Leis e tudo. E dou algumas sugestões que eu vejo que são necessárias. Agora, se o Gestor vai ouvir ou não... aí pertence a ele. Por quê? Porque quando você elege o Prefeito você outorga a ele o direito dele trabalhar como ele pretende, lógico, que respeitando as leis e com seriedade. E é isso. “Muito obrigada”. **Presidente – Ver. Almir Ávila** – “Mas só pra dizer a Vossa Excelência que eu não (...) a senhora talvez não tenha entendido o meu ponto de vista completamente. Eu acho que essa parte que Vossa Excelência falou, que tem que fazer o levantamento dos pontos críticos, das pontes caídas, dos passos que têm que ser feitos com manilhamento, está certo que tem que ser feito, realmente. Esse é o mínimo. O que eu quis dizer é que, além disso, devemos priorizar para fomentar a nossa produção algumas rodovias que podem levar esses caminhões mais pesados com os insumos necessários. Então, eu comungo com a vossa ideia. E quero até parabenizá-la pelo discurso que a senhora fez hoje dizendo que, também, comungo com a ideia de que pessoas de fora do nosso município muitas vezes não estão aqui vendo a realidade. E por causa que estão olhando em seu umbigo porque perderam uma chancezinha que tinham no mandato passado – e que hoje não estão tendo – ficam falando barbaridades em Redes Sociais indevidamente. Se fosse devido eu até reconheceria. Não tem nada. Eu acho que aqui fala, a gente ouve, eu aceito as críticas, mas quem está aqui. Ora, porque não teve (...) olha, vou dizer: vou falar a verdade e os nomes porque não tem problema nenhum, não tenho medo dessas coisas, não tenho problema com crítica até porque observo também os meus eleitores que eu conheço, praticamente, muito pouco. Então, conheço quase todos. A tal da dona Tereza Beatriz - ela está falando tudo isso que ela fala - por causa que o doutor, o marido dela, não foi reconhecido pela população da Pontinha do Cocho-MS e nem da Vila Industrial. A pesquisa dizia que ele tinha noventa por cento (90%) de desaprovação como médico. E eu, particularmente, não posso dizer isso porque fui bem atendido por ele um dia. Mas a população falava isso na Pontinha do Cocho-MS e falava isso na Vila Industrial. E como ela não teve guarida nessa Administração – e eu não sei nem os motivos – ela está hoje falando essas barbaridades, inclusive, fomentando, Dr. Hugo Bomfim, em uma fala dela nessas Redes Sociais aí que talvez tivesse que fazer até um levante contra a Câmara Municipal porque ela achava que tinha que ter cassado o Prefeito aqui, já tinha que ter cassado Vereador. Isso é uma opinião dela; é o ponto de vista dela; pode guardar pra ela lá em Goiás. E se possível – não tenho nada contra ela voltar para Camapuã-MS – mas, se for possível, de Goiás para lá, não é? Então, agora pela Ordem de Inscrição está com a palavra o Excelentíssimo Vereador Chitão”. **Ver. Chitão** – Que após as saudações iniciais, disse: “Ouvi atentamente todos os pronunciamentos. E até estava conversando com o Vereador Antônio Borracheiro nesse instante sobre os problemas do nosso município. Temos vários e vários





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

problemas. Só que, assim, quero deixar bem claro a minha colocação quanto a vocês. O Prefeito tem o direito de colocar e tirar as pessoas, os funcionários dele. Como eu sempre falo e digo: *'desde quando eu me conheço por camapuanense sempre ouvi falar do Dr. Hugo Bomfim'*. O Dr. Hugo Bomfim teve as obras dele, as obras que marcaram o nosso município e que todos sabem. O Eraldo Holosback também teve algumas obras, mas o trabalho maior dele foi o trabalho social, com as pessoas. Veio o Moysés Nery – também bom Prefeito – fez as obras, tinha o social que a dona Geny Nery fazia, mas ele gostava mais dessas obras, também, como o Dr. Hugo Bomfim que marcou o nome dele e marca até hoje em nosso município. E o Prefeito Marcelo Dualibi, como a própria Dra. Márcia relembrou também. O Marcelo tem um ponto a favor que ele sempre trabalhou focando nos funcionários públicos que sempre estiveram ao lado dele. Esse é um mérito que o ex-prefeito Marcelo Dualibi teve. E o Delano entrou agora com esses quinze meses administrando o município. Eu sei que a nossa Base é muito pequena, nós temos as nossas dificuldades. O grupo que abraçou o nosso Prefeito Delano Huber é um grupo pequeno que está tentando levar para o nosso município as coisas boas. Sabemos que a situação do nosso Prefeito não é nada favorável, mas eu digo a vocês que em nenhum momento ele tentou extorquir a população para que a população fosse extorquida a fim dele levar algum mérito nisso. De jeito nenhum. Tanto é que eu estou aqui defendendo a mim e a ele. Porque a mim, devido ao problema que (...) obrigado Vereador Almir, ao Eduarte Lima – que eu citei vocês – por vocês terem me defendido naquele dia porque senão eu estaria, hoje, afastado da Câmara Municipal. O que eu fiz de errado? Foi levar o Dr. Nelson Trad a Brasília-DF como eu já disse anteriormente. De maneira alguma eu tentei, eu quis extorquir o município nesse fato. Eu tentei, na verdade, levar alguém que conhece todos os trâmites. Tentei, não. Levei lá para o nosso município ser beneficiado. E como eu disse anteriormente: *'eu fiz uma troca louvável, acredito eu'*. Eu tenho que fazer campanha para os três no Estado inteiro a troco de uma UTI móvel, a troco do Hospital do Câncer que estará aqui atendendo a população e como já veio. E, também, lógico, isso tudo com o Delano, com o Prefeito autorizando. Se o Prefeito na realidade pensasse só politicamente ele não iria deixar fazer todo esse trabalho, ou seja, ir a Brasília-DF e correr atrás. Até porque o Moysés Nery nunca chamou a gente para viajar - não é Vereador Almir Ávila? – para Brasília na época em que fomos Vereadores juntos. Eu não me lembro dele ter me chamado. Até porque existe o ciúme, o ciúme de você poder crescer politicamente. E com o Delano não teve isso em nenhum momento enquanto eu estive a frente da Secretaria Municipal de Saúde ou enquanto estou Vereador. Qual é pretensão dele? É ajudar a população. Então, nesse ajudar a população nós estamos pagando um preço – lógico, alto – com isso que é perder o meu mandato às vezes, ou perder o mandato o próprio Prefeito Delano. Mas eu venho aqui pedir a vocês todos que façam uma avaliação, uma retrospectiva. Se realmente o Prefeito errou temos que pagar de alguma forma. Mas pense, pense sempre na população. Nós temos prova disso que eu estava na gestão do Gilmar Olarte em Campo Grande-MS - aquela troca de Prefeito – e até hoje o Marquinhos Trad não conseguiu colocar a casa em ordem devido ao tamanho do buraco que ficou em Campo Grande-MS, isto é, as dívidas. E a gente fica preocupado com a população do que vai ocorrer se uma coisa mais grave acontecer nesse levantamento que os Vereadores estão fazendo. É lógico, o que eles estão fazendo é justo, é correto. Não estou tirando aqui o mérito de ninguém. Só estou pedindo para quê: vale a pena sangrar agora faltando dois anos para terminar o mandato? Cabe a cada um de nós fazermos essa avaliação se vale a pena sangrar agora. Eu digo pra vocês que, como eu rodo o Estado inteiro, esse aqui não é o único município que está mal, não. Lá em Bodoquena-MS o pessoal também quer a cabeça do Prefeito porque não está andando nos





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

conformes. Mas ele está levando, está levando nas dificuldades, está conseguindo levar o município. Aqui o Dr. Hugo acabou de falar que teremos algumas obras: no João de Barro, o asfalto. Há quantos anos aquele povo do João de Barro não está esperando aquele asfalto? Desde quando eu me conheço por Camapuã. Dezesesseis anos? Vinte? Agora, graças a Deus vai sair o asfalto. Se ele vai sair na casca de ovo cabe a nós fiscalizarmos para que não seja casca de ovo. Essa é a obrigação do Vereador. Porque o recurso virá e ainda não sabemos o valor, Dr. Hugo Bomfim, não sei se o senhor sabe qual é o valor do recurso. Mas tem que se fazer uma coisa bem feita para a população. Como eu disse anteriormente: se o Prefeito quisesse me boicotar ele não teria deixado aqueles médicos irem para a Pontinha do Cocho-MS, ou seja, a psicóloga, a fisioterapeuta. Nunca teve isso na Pontinha do Cocho-MS, isto é, a gente se preocupando com a Saúde Pública. Do transporte que o Vereador Targino falou, até o Fernando falou também do transporte, o Vereador Antônio também falou. Na realidade, assim, o Fernando falou, mas uma coisa que eu sempre briguei na Secretaria de Saúde enquanto eu estava à frente foi de dar um conforto melhor aos pacientes. Como? Aqueles carros não têm nenhum ar condicionado. Isso há anos! A pessoa sai daqui passando mau, dentro de um carro pequeno que sequer tem um ar condicionado. É desumano. A pessoa está indo daqui pra lá morrendo, então, isso eu cobre e saí cobrando sem conseguir fazer isso para a população. Então, isso aqui é (...) vamos dizer, eu gostaria de convidar a todos, pois nesse final de semana nós teremos o almoço lá no BNH em prol da Associação de Apoio aos Pacientes com Câncer. Estaremos inaugurando agora no mês que vem, graças a Deus uma vitória, uma vitória de Camapuã-MS, porque aqui que eu comecei esse trabalho. Nós vamos inaugurar - agora no mês que vem - o nosso Centro (...) é uma vitória de Camapuã-MS, das pessoas que sempre acreditaram em nosso trabalho, irão poder ver - e farei questão de convidar a todos de Camapuã-MS - porque vai ser um evento, se Deus quiser, grande inauguração para que toda a população do Estado, aquela população que sai daqui na ambulância às três horas da manhã, que chegam a Campo Grande-MS e não tem o que comer, onde tomar um banho porque não têm dinheiro. Vão ter o seu espaço em Campo Grande-MS a partir do mês que vem. Graças a Deus e graças a cada um de vocês camapuanenses que acreditaram em nosso trabalho. Domingo agora será o nosso almoço e esse dinheiro é para a gente terminar a obra lá e poder entregar para toda a população. E eu quero que vocês, gostaria muito que todos os Vereadores estivessem presentes porque eu vou levar o nome de Camapuã-MS nesse Centro de Apoio nosso lá, pois vai ser um marco para nós e para a nossa cidade. Obrigado e Deus abençoe a todos". **Presidente – Ver. Almir Ávila** – “Encerrado o Grande Expediente, passamos à **ORDEM DO DIA**”. **1º Secretário – Ver. Aloizio Targino** – “**ORDEM DO DIA PARA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE ABRIL DE 2018** - **1º** - Projeto de Lei nº 013, de 10 de abril de 2018, de autoria do Poder Executivo, que: “Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial, e dá outras providências; **2º** - Três Indicações de autoria da Vereadora Dr.^a Márcia endereçadas a várias autoridades fazendo pedidos de providências”. Em seguida, a Ordem do Dia foi colocada em discussão e, não havendo, a mesma foi à votação sendo **APROVADA** por unanimidade. **1º Secretário – Ver. Aloizio Targino** – “**PARECER EM CONJUNTO DAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO** - **OBJETO:** Projeto de Lei Nº 013, de 10 de abril de 2018, que Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial, de autoria do Executivo Municipal de Camapuã-MS. **EMENTA:** “Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial, e dá outras providências.” - **RELATOR:** Vereador Lellis Ferreira da Silva. **I – RELATÓRIO:** A proposta é de competência do Executivo Municipal. A abertura de Créditos Adicionais Especiais está prevista no





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

Inciso II, do art. 41 da Lei nº 4.320/64. Quanto ao procedimento da abertura dos novos créditos, deverá se dar por meio de decreto do Executivo Municipal, após aprovação de lei para tal, conforme infirma o art. 42, da Lei nº 4.320/64. Ainda, o art. 43, da Lei 4.320/64 é enfático quando ordena *que “a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa”*. Essa justificativa foi elaborada pelo Executivo Municipal em sua mensagem, demonstrando a necessidade de inclusão de novos elementos de despesas no orçamento de 2018, os quais não foram previstos na LOA, mas que se tornam imprescindíveis para a execução orçamentária. A avaliação seguiu os trâmites regimentais com a respectiva análise das competentes Comissões, estando a proposta em tela devidamente instruída e justificada, atendendo todos os aspectos legais que o caso requer no âmbito da legislação constitucional, federal, estadual e municipal – Lei Orgânica do Município de Camapuã e Regimento Interno da Câmara Municipal de Camapuã. É o relatório. **II - VOTO DO RELATOR:** Pelo exposto, o Vereador Relator é favorável à tramitação da proposta em análise. **Ver. Lellis Ferreira da Silva**, Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças e Orçamento. **III – CONCLUSÃO DAS COMISSÕES:** Os Vereadores Membros das Comissões são favoráveis à tramitação da proposta em análise. **Ver. Antônio Borracheiro**, Membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. **Ver. Ronnie Sandro**, Membro da Comissão de Finanças e Orçamento. **IV – APROVADA** nas Comissões por unanimidade, a tramitação da proposta ora analisada, em 17 de abril de 2018. **Ver. Hugo Bomfim**, Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças e Orçamento”. Em seguida, foi colocado em discussão o referido Parecer e, não havendo, o mesmo foi à votação sendo **APROVADO** por unanimidade. **1º Secretário – Ver. Aloizio Targino** – “Projeto de Lei Nº 013, de 10 de abril de 2018, que: Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial, e dá outras providências”. Em seguida, foi colocado em discussão o Projeto de Lei nº 013, de 10 de abril de 2018. Não havendo nenhuma discussão o mesmo foi à votação, sendo **APROVADO** por unanimidade. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Não havendo interesse para fazer uso da palavra de nenhum dos Senhores Vereadores, bem como da Vereadora Dra. Márcia, o Presidente agradeceu a presença do público, dos Senhores Vereadores, dos colaboradores da Casa, da Imprensa, dos funcionários e encerrou a Sessão às 21h47min. Eu, **Moisés Mancebo Manhães Júnior**^[4] lavrei a presente ATA^[5] que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa Diretora e pelos Senhores Vereadores.

Ver. Almir de Oliveira Ávila
Presidente

Ver. Hugo Bomfim
1º Vice-Presidente

Ver. Aloizio Targino

Ver.





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

Pedrinho Cabeleireiro

1º Secretário

2º Vice-Presidente

Ver. Antônio Borracheiro
Chitão

Ver.

2º Secretário

Ver. Lellis Ferreira da Silva
Ver^a. Dr^a. Márcia

Ver. Ronnie Sandro Rezende

[1] BRASIL, LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. **Regulamenta o Art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações de contratos da Administração Pública e dá outras providências.** Brasília-DF, jun. 1993. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 19 abr. 2018.





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA CAMPO GRANDE, 353, CENTRO, CAMAPUÃ - MS

CNPJ: 03.969.995/0001-91

FONE: (67) 3286-1010

[2] BRASIL, DECRETO Nº 2.082, DE 03 DE MARÇO DE 2009. **Regulamenta o Sistema de Registro de Preço para aquisição de bens e serviços da Administração Direta ou Indireta do município de Camapuã-MS, e dá outras providências.** Camapuã-MS, mar. 2009. Disponível em:<<http://camapua.ms.gov.br/publicacoes-tipo/decretos>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

[3] BRASIL, LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002. **Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.** Brasília-DF, jul. 2002. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm>. Acesso em: 23 abr. 2018.

[4] Agente Administrativo II

[5] Tempo Total – 2h48min15s

